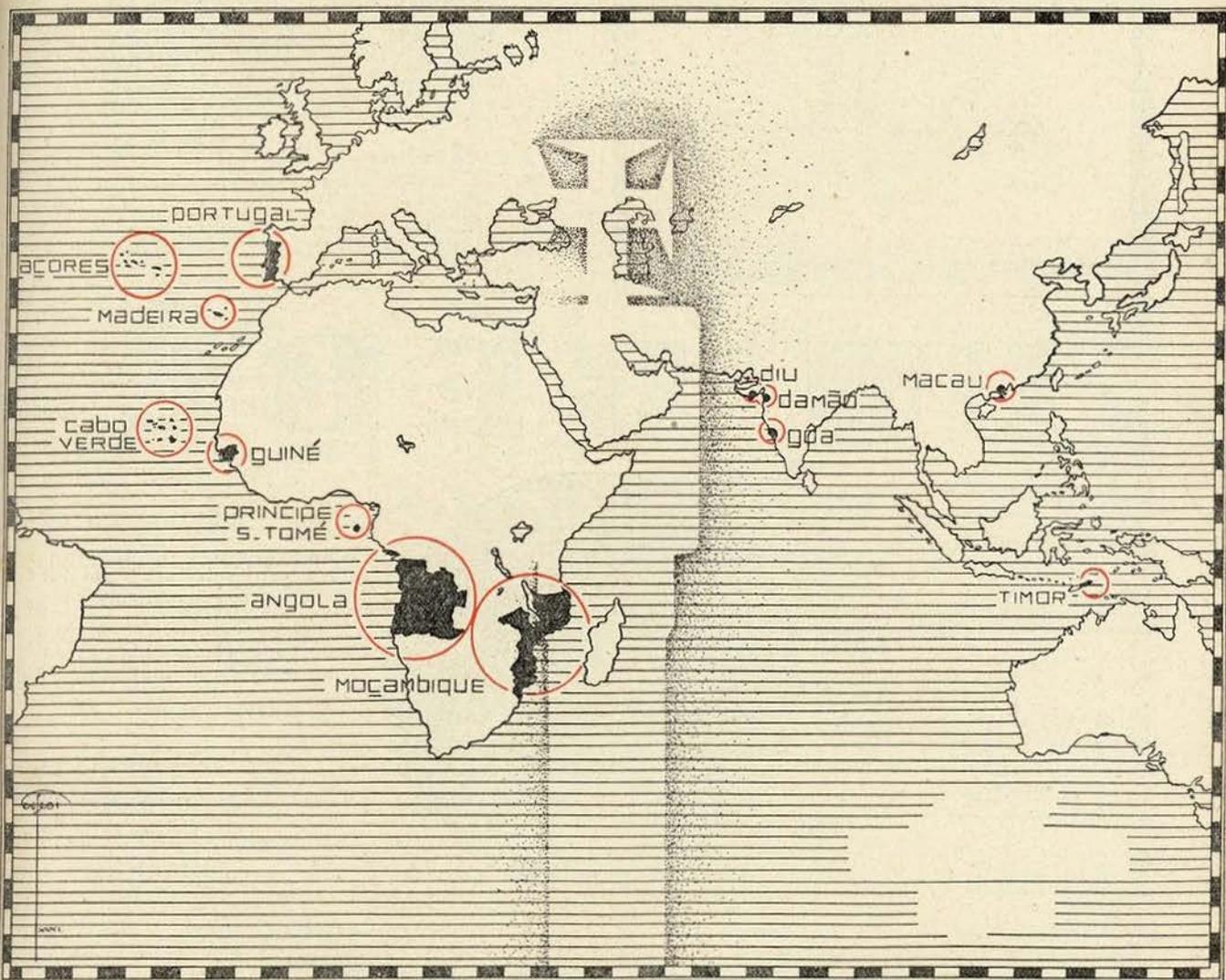


PORTUGAL COLONIAL

N.º 14

Abril - 1932



**Revista mensal de propaganda e
expansão do Império Português**

Unico Fabricante/
SALVADOR BARATA L^{da}
 19-A-Rua das Galvotas-19 C
LISBOA

Comprimidos

para evitar,
 para acalmar,
 para dissipar.

acidez,
 queimaduras,
 câimbras,
 inchaco do
 abdomen
 vomitos,
 digestões
 difíceis.

DIGÉRONAL

Produto CHATELAIN

À venda em todas as farmacias
 Depositários para Portugal e Colónias:
ANTÓNIO SERRA, LIMITADA
 CAMPO DOS MÁRTIRES DA PÁTRIA, 96
 Caixa Postal N.º 142 **LISBOA**

U M B É B É

Leite condensado

Açucarado Moça

Leite esterilizado

Purissimo

Leite em Pó "Lactogen"

Chocolates Suíços

Queijo Gruyère



REPRESENTANTES

EM ANGOLA

ZUID AFRIK, HANDELSHUIS

LOANDA

VASCO D'OLIVEIRA

LOANDA

FILIAL EM PORTUGAL

*Nestlé & Anglo Swiss
 Condensed Milk Co*

Rua Ivens, 11-13 — Lisboa

**Farinha
 Lactea**

NESTLÉ

**O melhor
 alimento
 para crianças**



DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO

EDITOR
ANTÓNIO PEDRO MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º

Endereço Telegráfico

«MINERVA»

TEL. 2 4253

Propriedade da Empresa
PORTUGAL COLONIAL

PREÇO AVULSO

Metrópole.....	3500
Colónias.....	4500

(ASSINATURAS)

Metrópole (6 meses)...	18500
Colónias (6 meses)...	24500

COMPOSTO E IMPRESSO
OTTOSGRAFIKA LIMITADA
Conde Barão, 50 — LISBOA

Visado pela Comissão de Censura

Uma carta mensal

de Portugal para as Colónias

Pelo dr.
Agostinho
de
Campos

DA realidade quasi sempre triste pode emigrar-se facilmente para o Sonho, domínio sem peias, terra de ninguém e de todos. Sonhemos, pois:

... Passou a Crise, como passam as outras ondas e tudo passa. Não há mal que sempre dure, atrás do tempo tempo veio e as vacas magras, como lhes cumpre, deram à luz as vacas gordas.

Arrebitou o comércio; a agricultura julga-se bem paga; as alfândegas desempertigam-se, fazendo umas às outras profundas mesuras. A indústria oferecem-se agora amáveis os mercados ariscos de outrora; folga e respira fundo a finança; a navegação abarrota de carga; voltou a haver cobertura para as transferências de An-

gola, e tôdas as nossas províncias ultramarinas se sentem prósperas e felizes.

O Império, o nosso Império, deixou de ser, como alguns lhe chamavam, pouco mais que uma simples palavra, mero anelo ou incoercível quimera. O Império existe, o Império impõe-se, e a maternal Lisboa, sentindo de novo as responsabilidades do seu papel e título de Metrópole, resolveu pôr casa ao Império.

Não uma simples Casa da Índia e Mina, arquivo, escritório e armazém, mas algo mais condigno e imponente. Não outro grande corredor inóspito, museu do mau gosto, catedral do desconforto e do mofo, para onde se subia por escadório longo, íngreme e lúgubre, indo encontrar no alto a negação do Império e a sua caricatura lamentável — a penúria triste a desmentir o orgulho imperial.

Lisboa vira e traduzira nas caras torcidas e irónicas dos embaixadores estrangeiros, chamados a presenciar naquele sítio velhote e impróprio as nossas grandes celebrações coloniais, certo esgar de troça ou desprezo, cuja eloquência não oferecia dúvidas ao mais bronco psicólogo; e,

sentindo bem no íntimo esta miséria triste, Lisboa viu que não podia continuar a ser aquilo a sêde do Império, o seu átrio, o seu salão de honra, a sua síntese materializada e solene. Caíndo em si, pensou assim:

— Não há dúvida que isto tem de acabar. Para mostrar onde e como nasceu, Portugal ostenta as ruínas venerandas do castelo de Guimarães. Para mostrar onde e como se consolidou a Nação, Portugal possui e goza o mosteiro da Batalha. Para mostrar donde e quando partiu para o Oriente, abrindo-o ao mundo, Portugal tem a igreja e o claustro dos Jerónimos. Para mostrar que soube e pôde colonizar metade do Sul da América, Portugal levará os seus hóspedes à Estrêla ou a Maфра. Para mostrar que a terra pode tremer sem que lhe tremo o ânimo, Portugal tem ainda o direito de dizer que o Terreiro do Paço é um dos conjuntos arquitectónicos mais belos do mundo. Quando porém intenta provar que ainda vive, que existe na realidade e não apenas na história, que é de facto e não só da boca para fora a matriz de um Império, Portugal convida o mundo para sítios impossíveis... Não há dúvida que isto tem de acabar.

... E com efeito acabou, pelo menos em sonho:

Ao centro de sete belas alamedas que se cruzam formando estrêla—a alameda de Marrocos, a do Atlântico, a da Boa-Esperança, a do Oriente, a do Brasil, a de Moçambique e a de Angola—ergue-se agora o Paço do Império, com o seu majestoso salão de festas rodeado das dependências ultramarinas: ministério, conselhos, arquivo, biblioteca, escolas coloniais, salas de conferências e projecções, museu histórico, e outras semelhantes.

Cortando as sete grandes alamedas, muitos arruamentos e praças perpetuam a memória de grandes homens e grandes feitos da Epopeia, que andavam esquecidos ou ignorados dos inventores de nomes de ruas, ou espalhados sem ordem nem sistema, ou miseravelmente encafuados em vielas indignas deles. Já não faltam, na comemoração e na homenagem, o Infante Santo e D. Afonso V; D. João II, D. Manuel I e D. João III; Afonso de Albuquerque e Mem de Sá; Duarte Pacheco e D. João de Castro; Diogo Cão, Gú Eanes e Bartolomeu Dias; os Côrte-Reais e Margalhães; Duarte Lopes, Salvador Correia e Silva Porto; António Enes e Mousinho.

Outros nomes de ruas recordam as gloriosas vitórias antigas e recentes, muito mais rápidos e educativos do que a avenida do Cidadão Jose Francisco da Silva Costa e Cunha: Ceuta e Ar-

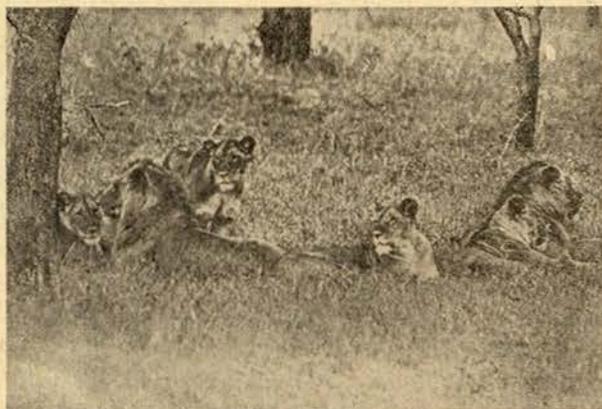
zila; o Cabo Não e o Bojador; Melinde e Calicut; Ormuz, Goa e Malaca; Chaimite e Marraçuene; Dembos e Quanhamas... Os cronistas do Descobrimento e da Conquista encontram-se também representados: João de Barros, Azurara, Caminha, Mendes Pinto, etc., além de Camões e os Lusíadas. E também não foram esquecidos os estrangeiros inspiradores, auxiliares ou discípulos da arte de navegar portuguesa: Marco Polo, Sacobrosco, Peçanha, Jácome de Malhorca, Zancuto, Noli, Vespúcio, Colombo...

Assim podem agora o povo português e as crianças das nossas escolas aprender melhor que em livro aberto a grande história da sua pátria e a missão desta no mundo—a missão de ontem e a de hoje.

O Império sente-se, vê-se e palpa-se ali, compendiado em convincente lição de coisas, porque tudo harmónicamente nos fala dele, e dele se impregna toda a atmosfera. Na decoração de arvoredos, flores e arbustos formam-se a espaços, quanto possível e em sábia ordenação, verdadeiros jardins coloniais. Estátuas, fontes esculturais, arcos de triunfo, ensinam também pelos prestígios da arte, mestra influente de civismo, a existência do Império. E, como em perpétua exposição colonial, surgem os vários pavilhões especiais das Ilhas Adjacentes, de Cabo Verde, de S. Tomé e Príncipe, da Guiné, de Angola, de Moçambique, da Índia, de Macau, de Timor; e em cada um desses entra pelos olhos e pelos corações dentro a história, a geografia, a arte, a indústria, a beleza e a riqueza de cada uma das jóias do Império...

... Meninos: não se riam tão alto. Não façam bulha. Deixem o Sonho sonhar que ainda dura.

Moçambique



Uma família de leões surpreendida pela objectiva

A VIAGEM DO SR. MINISTRO DAS COLÓNIAS A ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Está fixada para o dia 23 do corrente a partida do sr. dr. Armindo Monteiro para as Colónias.

Já aqui puzemos em relêvo a importância desta viagem prevendo que ela se transformaria num acontecimento de extraordinário alcance para o progresso e valorização das nossas Colónias, para o ideal da unidade moral, política, espiritual e económica entre Portugal e as Colónias. Estamos firmemente convencidos de que com essa viagem vai realizar-se um dos actos políticos de maior relêvo na nossa política colonial contemporânea.

O sr. dr. Armindo Monteiro é o primeiro ministro das Colónias que visita as nossas possessões ultramarinas com o propósito de realizar nelas um plano de administração e enformar uma Política Colonial que dêse acto carecia para um normal desenvolvimento. Indo pôr-se em contacto directo com os problemas, transformando, tão contrariamente a um velho hábito da nossa política, a célula do Terreiro do Paço num órgão vivo e dinâmico de acção e de comando, o sr. Ministro das Colónias introduz um elemento novo no espírito, na forma e no alcance da nossa administração colonial.

E neste momento é oportuno salientar que não é apenas a qualidade de Ministro das Colónias que nos permite esperar da acção do sr. dr. Armindo Monteiro uma obra que o prestígio e o valor do nosso Império Colonial estavam reclamando há muitos anos—mas, sobretudo, as suas magníficas qualidades de inteligência e de trabalho e os relevantes serviços já prestados ao país. E assim, antes de se iniciar esta viagem, sem outro intuito que não seja o de incutir confiança a todos os portugueses a quem os assuntos do Império preocupam e interessam queremos recordar a carreira do sr. dr. Armindo Monteiro como razão justificadíssima dum crédito e dum prestígio que não deve apenas ao fulgôr da pasta que sobraça.

E assim a confiança que na sua obra devemos depositar assentará em factos precisos e não naquela retórica vã em que, com razão, já muita gente não pode crer.

O sr. dr. Armindo Monteiro formou-se em direito em 1920, vindo a tomar capêlo e doutorar-se no ano imediato. Em 1922, mediante concurso de provas públicas, foi nomeado professor assistente da Faculdade de Direito de Lisboa. Em 1925, também por concurso, ascendia a professor catedrático da mesma Faculdade.

Como delegado técnico português à Comissão que liquidou a dívida de guerra à Inglaterra esteve em Londres em 1926.

Em 1928 foi nomeado Director Geral de Estatística. Todos se recordam dos resultados da sua acção neste cargo.

No ano seguinte, como chefe da Delegação portuguesa à Conferência da Trégua Aduaneira, realizada em Génova, foi eleito, pela Sociedade das Nações, Presidente da Grande Comissão que estudou o aspecto económico da Trégua Aduaneira. No mesmo ano era ainda eleito membro do Comité Fiscal da

Sociedade das Nações, membro da Academia Latina e nomeado Sub-Secretário de Estado das Finanças.

Só depois desta carreira administrativa e científica que tem sido das mais ordenadas, metódicas e brilhantes por que homens públicos de Portugal tem passado é que foi nomeado Ministro das Colónias em 1931.

O sr. dr. Armindo Monteiro tem ainda as seguintes condecorações:

Grã-Cruz de Cristo;
Grande Oficial da Legião de Honra;
Grã-Cruz da Ordem da Corôa da Bélgica;
Grã-Cruz da Ordem Colonial francesa da Estrela Negra;

Grã-Cruz da Ordem da Corôa da Itália.

E é autor das obras seguintes:

Do Orçamento Português, 2 volumes.

Curso de Economia Política, 1.º volume.

Do Equilíbrio do Orçamento Português.

O Problema das Transferências de Angola.

Crónica Financeira, colecção de artigos publicados durante alguns anos no *Diário de Notícias*.

Tem sido muito rápida e muito brilhante a carreira do sr. dr. Armindo Monteiro para que seja preciso recordá-la aos homens de hoje.

Todavía não quizemos deixar de apresentar esta rápida exposição das suas etapas como argumento de confiança, como razão da nossa previsão perante a sua próxima viagem às Colónias: Vai realizar-se um dos actos políticos de maior relêvo na nossa política colonial contemporânea.

Angola



«Mucandonas» do Munhino (Huila)

Feiras de Amostras e Conferências Comerciais de Luanda e Lourenço Marques

Por iniciativa do sr. Ministro das Colónias realizam-se em Luanda e Lourenço Marques, respectivamente nos meses de Junho e Agosto, Feiras de Amostras de produtos metropolitanos e coloniais e Conferências Comerciais em que participam os interessados no intercâmbio comercial entre a Metrópole e as Colónias.

É objectivo dêste empreendimento procurar alargar o mercado colonial para os produtos da Metrópole e formular a série de medidas de protecção ao comércio de ambas as partes para que as relações comerciais entre elas se intensifiquem. É desnecessário, portanto, encarecer o valor e a importância de tal iniciativa que, sendo o ponto de partida duma activa política de coordenação económica, interessa especialmente aos produtores que nos mercados coloniais e metropolitanos podem encontrar uma compensação para a crise que atravessam por efeito duma forte restrição na capacidade de compra.

Ao mesmo tempo que na ordem económica se procura activar uma política de coordenação entre Portugal e as Colónias, outras manifestações procurarão alcançar o mesmo objectivo nas ordens moral e espiritual.

Assim, conjuntamente com as feiras, organizar-se-ão conferências literárias, espectáculos de carácter português, exposições do livro e da imprensa portuguesa, etc.

O Plano das Feiras de Amostras e Conferências Comerciais de Luanda e Lourenço Marques é o seguinte:

I— **Objectivos.** — Intensificação das relações comerciais entre a Metrópole e as Colónias. Contribuir na ordem económica para a nacionalização das províncias ultramarinas e para a unidade do Império.

II— **Meios.** — Duas Feiras de Amostras a realizar, respectivamente, em Luanda e Lourenço Marques e, conjuntamente, nas mesmas cidades, duas conferências comerciais. Acessoriamente, todos os mais elementos que for possível reunir e organizar para melhor alcançar os objectivos definidos no n.º I.

III— **Feiras de Amostras.** — As Feiras a realizar em Luanda e Lourenço Marques são constituídas por:

a) — *Stands* dos produtos industrializados da Metrópole com consumo nas Colónias.

b) — *Stands* das matérias primas das Colónias transformáveis pelas indústrias metropolitanas ou utilizáveis para consumo na Metrópole.

c) — *Stands* do livro e da imprensa portuguesa da Metrópole e das Colónias.

d) — Escritório de Informações.

e) — Os elementos acessórios de propaganda.

IV— **Conferências comerciais.** — As conferências comerciais compreendem quatro secções de trabalhos:

a) — A destinada à exposição e discussão dos pontos de vista e interesses do Comércio e Indústria da Metrópole em face do intercâmbio comercial com as Colónias.

b) — A destinada à exposição e discussão dos pontos de vista e interesses das Colónias.

c) — A destinada ao estudo da acção do Estado no desenvolvimento das relações comerciais entre a Metrópole e as Colónias.

d) — A destinada à apresentação das soluções estudadas pelas Conferências.

V— **Participação.** — Participam neste empreendimento:

a) — O Estado pelos Ministérios das Colónias, Finanças, Comércio e Agricultura e pelos Governos Gerais de Angola e Moçambique.

b) — As Associações Comerciais e Industriais da Metrópole.

c) — Associações Comerciais e Industriais das Colónias.

d) — As Companhias de Navegação nacionais com carreiras para as Colónias.

VI— **Organização.** — A organização das Feiras e das Conferências pertence ao Ministério das Colónias por intermédio de uma Direcção especial e com a colaboração das partes interessadas.

VII— **Datas:**

Inauguração da Feira de Amostras de Luanda a 20 de Junho.

Inauguração do Congresso Comercial de Luanda a 25 de Junho.

Inauguração da Feira de Amostras de Lourenço Marques a 10 de Agosto.

Inauguração do Congresso Comercial de Lourenço Marques a 15 de Agosto.

A Direcção e Organização das Feiras e das Conferências foi confiada a uma Direcção Especial. Para director foi nomeado o sr. Henrique Galvão, director também da nossa revista.

“Ilustração Colonial,”

Sob a direcção do sr. Alfredo Mendes Pereira Gil começou a publicar-se em Luanda a «Ilustração Colonial».

O N.º 1 que recebemos apresenta-se gráficamente interessante e contém colaboração variada e, por vezes brilhante, de alguns nomes ilustres.

Desejamos ao novo colega uma longa vida, pois como muito bem diz o seu director no artigo de apresentação *é esta uma iniciativa merecedora do carinho de todos os portugueses que amam com sinceridade a sua maior e mais rica possessão ultramarina.*

Portugal comprou no estrangeiro, durante o ano de 1931, os seguintes produtos que as Colónias lhe podem fornecer:

Algodão em caroço, rama ou cardado.....	Contos	81.274
Algodão em fio.....	”	9.673
Lã.....	”	12.052
Gado vacum.....	”	3.380
Couros.....	”	7.588
Linho.....	”	1.248
Madeiras.....	”	7.420
Sementes oleaginosas.....	”	42.440
Óleo de palma em bruto.....	”	7.202
Tabaco.....	”	25.099
Adubos.....	”	4.912
Sêda (fio).....	”	15.146
Arroz.....	”	29.677
Cereais em grão (excepto milho e trigo).....	”	3.714
Feijão.....	”	1.309
Trigo em grão.....	”	47.597
Chá.....	”	19.097
Café.....	”	4.936
Total.....	”	323.694

É uma onda de ouro que o estrangeiro nos leva todos os anos.

O café nas colónias portuguesas

Cabo Verde

As mal afamadas terras de Cabo Verde, têm demonstrado poderem produzir café e este à sua parte provou no mercado as suas excelentes qualidades atingindo elevados preços.

Pouco, mas bom, como é costume dizer-se.

No entanto, os números dizem-nos que se verifica uma acentuada tendência decrescente na produção.

O café não é expontâneo em nenhuma das ilhas do Cabo Verde. Foi introduzido em 1790 na ilha de S. Nicolau e dali irradou para S. Tiago, Santo Antão e Fogo.

Os anos de maior exportação foram:

1898.....	624.636 quilos
1908.....	624.000 "
1910.....	485.424 "

O decrescimento da produção acentuou-se em 1918, 180.000 quilos. A produção aumentou em 1919, 381.000 quilos, e em 1920, 200.000. Diminuiu pela extrema seca em 1921, 20.000 quilos. Aumentou em 1923-1924, 100.000 quilos, e em 1925, 211.832. Diminuiu em 1926, 30.000 quilos, e em 1928, 14.000.

Completa ruína é o que os números nos dizem.

Os técnicos que *in loco* têm estudado o assunto, dizem que as causas da ruína, tem sido a má cultura, solos cansados por falta de adubo, má exposição, densidade de plantação e principalmente velhice das árvores, facilitando a formação das fumaginas e a multiplicação dos insectos que veem destruindo as velhas plantações, principalmente em S. Tiago e Santo Antão.

O sr. Costa Santos, chefe dos serviços agrícolas e florestais da colónia, diz que a principal causa da ruína tem sido a negligência dos proprietários dos cafezais.

A essa negligência se refere já em 1869 o governador Caetano de Albuquerque, dizendo: "Existe neste povo um ódio inveterado contra as árvores, e a consequência desta inexplicável singularidade, tem sido bastante nociva para a colónia."

Em Dezembro de 1928 o governador Guedes Vaz, referindo ao seu esforço em prol da arborização da ilha, refere-se à afirmação dos derrotistas: "Tão depressa o governador volte costas, o primeiro cuidado de certos proprietários e negociantes, será o regresso à destruição das árvores, como garantia dos rendosos negócios da lenha e do carvão vegetal."

Referindo-se ao café, o mesmo governador diz que ele *não é cultivado mas sim explorado*.

Pelo que diz o director dos serviços aduaneiros A. de Almeida, parece haver uma esperança de que essa situação se modifique, e assim diz: "A desarborização sistemática do arvoredo praticada impunemente há dezenas de anos, devastação executada na mira de negócios lucrativos com a lenha obtida, parece ter cessado desde 1927, mercê das inteligentes e enérgicas medidas repressivas contra tal abuso."

Além de medidas contra a desarborização o governo nos últimos anos tomou providências sobre as culturas do café e tratamento das doenças existentes—mas ainda leio com pasmo—*«medidas a que os agricultores não correspondem a-pesar-delas serem do seu interesse»*.

As medidas tomadas para intensificar a cultura foram: Importações do café Robusta (Congo Belga), distribuição de café pelos agricultores a-fim-de se fazerem viveiros; tendo o Estado também feito alguns. Prémios para os cultivadores que plantassem 1.000 pés de café. Proibição do arranque e corte de cafezeiros, a não ser por substituição. Promover e vulgarizar o tratamento contra a fumagina. Cadastramento da propriedade. Divulgação das instruções sobre a cultura do café.

Na minha modesta opinião a cultura do café em Cabo Verde

Cabo Verde—S. Tomé e Príncipe — Angola

Química do café — Propaganda do café

Por GARCEZ DE LENCASTRE

Tenente-coronel de Infantria,
Antigo Secretário Geral do Governo de Timor,
Aluno da Escola Superior Colonial

não deve ser desprezada pelo facto do café estar atravessando uma crise de abundância, deve sim, mas é fazer-se uma maior selecção, atingindo o grau de aperfeiçoamento de cultura que fará do café de Cabo Verde um produto de escolha que rivalizará com os melhores.

Lembre-mos que o Brasil valoriza os seus cafés queimando os *stocks* de qualidades inferiores. No mês passado foram queimados em Santos 530 mil sacos de café, formavam uma pilha enorme tendo levado 5 horas a arder.

S. Tomé e Príncipe

Introduzindo a cultura do café em 1800, o governador Silva Lagos provocou uma nova época de prosperidade para a colónia, que paralizara de há muito, pela ruína da cultura da cana do açúcar, abandonada pela má orientação e desordem em que a colónia vivia.

A cultura do café no seu início encontrou enormes dificuldades em virtude da abolição do tráfico da escravatura no golfo da Guiné (1811) e suas conseqüências nas finanças das colónias, mais agravadas com a perda do subsídio da Baía em resultado da sua independência (1822).

Em 1820 S. Tomé exportava 170 toneladas.

O cacau já existia nessa data na ilha, mas quasi como curiosidade, e só em 1850 começou a despertar atenção a sua cultura.

Em 1876 exportavam-se 1.558 toneladas de café e o cacau ficava-se pelas 489 toneladas.

Em 1875 decretaram-se as últimas medidas sobre a escravatura; as plantações eram quasi abandonadas e os nativos de S. Tomé, ainda hoje estão convencidos, que não tem que trabalhar e ainda não encontraram *«até hoje, quem lhes dissesse o contrário»*.

Os agricultores, souberam vencer essas dificuldades recrutando a mão de obra com trabalhadores estranhos à colónia e fizeram de S. Tomé uma colónia modelar.

O café ia mantendo a sua supremacia em 1885-1886 exportavam-se 206.763 quilos de café e 926.167 de cacau, mas o predomínio do café acabava em 1890, o cacau alinha a exportação de 2.979.000 quilos e o café 2.080.203 daí em diante o café foi derrotado, a agricultura do cacau foi preferida, chegando-se a cortar cafezeiros para plantar cacau.

A produção foi num crescente entusiasta, S. Tomé fazia sombria aos produtores mundiais, alinhou a importante cifra de 36.950 toneladas de exportação e em 1925 era o primeiro produtor de cacau do mundo — com 25.397 toneladas e o desprezado café andava pelos 171.935 quilos.

Mas não há bem que sempre dure nem mal que nunca acabe e assim vieram as doenças dos cacaueiros, as baixas cotações, as campanhas dos invejosos, as falsificações dos aromas e os agricultores viram a necessidade de procurar compensações aos prejuízos da monocultura e vá de cultivar outros produtos que na ocasião lhe pareceram vantajosos, coqueiro, palmeira do azeite, quina e o velho amigo «o café» que preparára a sua riqueza e a quem não podem acusar de ter concorrido para o mau dias que atravessam.

Em S. Tomé podem cultivar-se as espécies Arábica, Libéria e Robusta e algumas outras, a sua cultura porém terá de enfrentar com várias dificuldades sobressaindo entre elas, em primeiro lugar as doenças, principalmente a arábica, as condições atmosféricas da região, o problema da mão de obra e finalmente a situação especial do mercado.

Os cafés exportados por S. Tomé e Príncipe são conhecidos no mercado por cafés de S. Tomé, têm sabor e aroma muito agradável devendo ser considerados como cafés *milds*, sendo poucos ricos em cafeína e hoje o uso de cafés descafeinados tem-se generalizado.

Angola

O café é expontâneo nas zonas de floresta das montanhas de

Angola, desde o distrito do Congo até ao paralelo 12 (Cuanza Sul) assim como em parte do planalto de Malange.

Os cafezeiros que predominam no distrito do Congo, são os da espécie Canéfora e nos distritos do Cuanza Sul são os da espécie Welwitschii Pierre.

O café exportado por Angola tem três proveniências—café espontâneo explorado pelos indígenas, café de plantações indígenas e café de plantações de sociedades e colonos.

Nos mercados de Lisboa estes cafés são classificados em 4 tipos.

Tipo Novo Redondo—Proveniente do Amboim e Seles (Cuanza Sul). É o que obtem melhor preço no mercado.

Tipo Cazengo—Proveniente do Cuanza Norte que obtem menor preço. Os cafés provenientes de Maiombe também se vendem como Cazengo.

Tipo Ambriz—Proveniente do Congo.

Tipo Encoge—Proveniente do Cuanza Norte e Malange principalmente da região do Encoge.

Encoge e Ambriz tem preços intermediários entre Novo Redondo e Cazengo. As plantações mais importantes pertencentes a sociedades e colonos são no Maimbe e nos distritos do Cuanza Norte e Sul.

A Companhia de Cabinda no Maiombe cultivando café canéfora.

Cuanza Norte—A Companhia do Casengo cultivando o café cazengo.

Cuanza Sul—Companhia do Amboim com as suas propriedades integradas C. A. D. A. Companhia de Seles cultivando o café Welwitschii P. nas encostas das montanhas de Seles e Amboim.

Na serra da Chela e interior do distrito de Mossamedes existem também algumas plantações de café arábica mas a sua produção é quasi consumida na colónia.

A exploração do café começou em 1830, mas em pequena escala e ainda em 1845 era condecorado com o hábito da Conceição um plantador que intensificou a produção da sua propriedade a seiscentas arrobas.

A exportação foi subindo e em 1890 Angola já exportava 8.300 toneladas.

Em 1895 a exportação subia a 11.066 toneladas, começou decrescendo com alternativas apresentando um mínimo em 1916 de 3.565 tons.

Em 1925 exportava.....	12.599
> 1926 >	9.343
> 1927 >	10.014
> 1928 >	9.826
> 1929 >	8.816

Tantas crises tem assolado Angola!... A transformação da indústria do alcool na do açúcar, exigindo de súbito a transformação dos campos da cana em fábricas de açúcar. Essa transformação iniciada em 1900 só em 1911 era definitivamente regulada por um decreto do governo provisório da República.

—As vicissitudes e conseqüências locais da grande guerra principalmente no Amboim e Seles, não só provocaram a destruição de tanto trabalho feito, mas também dois milhões de libras que as despesas da guerra absorveram.

—O decrescimento na procura e quebra no preço da borracha, a qual chegou a ter grande influencia na balança económica da colónia sendo quasi o único produto de exportação. Em 1899 chegou a exportar 13.380 toneladas no valor de 5.716 contos para em 1928 exportar 41.566 quilos no valor de 189 contos.

—Finalmente a crise da desvalorização do café.

A quebra do preço do café é mais grave do que a queda da borracha, porque esta era de exploração indígena, e a linha férrea de Benguela compensou essa quebra pela maior exportação dos chamados produtos pobres.

No café além da colheita indígena há a das plantações europeias e essas são as mais profundamente feridas pelas conseqüências da baixa de preços.

O Brasil procurando lançar no mercado os stocks acumulados nos seus armazens, os quais atingem trinta milhões de sacos e que chegariam para o consumo de três anos, provocou uma queda de preços, que nos cafés médios e inferiores como alguns dos de Angola muito se fez sentir.

E a política de defeza não tem cessado, basta ler os diplomas publicados recentemente.

Foi um golpe tremendo na economia de Angola.

O café representa só por si 20.000 contos anuais, pelo movimento de exportação e importação a que dá origem e pelos salários representa na economia da colónia cerca de 40.000 contos.

O Golungo Alto é o que mais sofre, representando centenas de casas comerciais que por seu turno mantêm centenas de europeus e indígenas. E quem diz Golungo Alto diz Dembos, Enconge, Cazengo, Ambriz e Amboim, é a ruína do esforço de Portuguezes, que o

governo tem por dever não abandonar encarando a situação de frente. Os próprios interesses do governo são também feridos.

Angola exportou 9826 toneladas de café em 1928 no valor de 61.790 contos 8816 toneladas em 1929 no valor de 53.430. Os direitos pagos ao Estado foram respectivamente de 5.330 a 5.129 contos.

A baixa de preços actuais não pode aguentar-se por muito tempo, pois seria a ruína de todos os países produtores de café.

O equilibrio há-de voltar, mas até então urge atenuar quanto possível os efeitos do desastre.

O aumento de consumo pela propaganda não é bastante e os seus efeitos são lentos.

Presentemente a Metrópole consome 50.000 sacas de café ou sejam 3.000 toneladas que pelo milagre das mixórdias se transformam em 20.000 sacos ou sejam 12.000 toneladas, que é aproximadamente a produção das colónias portuguesas.

Garanta-se ao café de Angola os mercados da Metrópole, e a proibição absoluta de misturas, venda de café puro e pela sua parte Angola, seleccione as qualidades pelo bom tratamento do produto, criando tipos padrões de exportação. Em Luanda realizaram-se importantes reuniões do comércio e plantadores apresentando ao governo local as suas reclamações. Uma das reuniões mais importantes foi a do grémio Beirão em 12 de Novembro do ano findo.

E junto do governo da metrópole também o assunto foi cuidado.

Entraremos em actividade para demonstrar a nossa capacidade financeira, cuidando as regiões cuja valorização e colonização está á nossa responsabilidade?

Creio-o, sinceramente, com o optimismo e entusiasmo de quem se habituou a sentir nas colónias as resultantes dos factores saber e bom senso, e a ver como elas vencem pelo seu próprio esforço e trabalho.

QUÍMICA DO CAFÉ

Componentes do Café

ELEMENTOS	EM GRÃO	TORRADO
Água	8,26	7,36
Cinzas	3,97	5,17
Substâncias gordas	11,42	8,50
Assucar	8,18	1,84
Gluten	10,68	12,00
Cafeína	1,10	1,06
Celulose	42,36	54,96
Substâncias extractivas	14,03	26,28

Com a torrefacção as sementes aumentam um terço de volume perdendo 16 % de peso desenvolvendo-se o óleo rico em aroma *coléone*.

Há no café uma grande quantidade de vitaminas soluveis nas matérias gordas, cuja quantidade depende da superficie activa do café na infusão, devendo portanto ser medianamente torrado e moído para aumentar a acção vitamínica.

O café não é pois somente uma bebida agradável e estimulante, mas capaz de suprir a falta de vitaminas dos alimentos. Útil na luta contra o alcoolismo.

Várias lendas correm acerca da origem do uso do café e principalmente sobre o uso de o torrar e ferver.

Os turcos, a-pesar-do Alkorão proibir o uso do café como bebida imunda, deixaram, quando do cerco de Veneza, muitos sacos de café abandonados.

Em virtude da generalização do seu uso o café é muito falsificado, juntando-se-lhe tudo quanto há, principalmente chicória.

Chega-se a falsificar o grão do café. Vai até mesmo á pintura. A maneira de conhecer a fraude consiste em verificar se o pó flutua na água. Para o café suspeito de pintura, é deitá-lo em água quente para o ver destinjar.

Mas a falsificação só ilude os que não conhecem a sua benéfica acção sobre o organismo e o seu delicioso aroma.

Propaganda do café

A grande propaganda do café tem sido feita pela venda a retalho do café já preparado, vendido em estabelecimentos que tomaram o nome de cafés, centros de reunião e de cavaco e que há séculos vem influindo na nossa politica.

(Conclui na página 21)

FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO

dos professores e alunos da
Escola Superior Colonial

Banquete a bordo do "Niassa"

«A ideia do banquete teve um só fim e exprimiu uma só vontade.

Confraternizar de facto e de direito todos os elementos de que se compõe a Escola Superior Colonial (professores, diplomados e actuais alunos), isto é, conviver fraternalmente de forma a demonstrarmos que somos uma fôrça, quer nacional, quer internacional. O facto de cada um de nós nos encontrarmos em diversos ramos de serviço público ou particular, não quer dizer que não estejamos prontos a colaborar no desenvolvimento e aperfeiçoamento da escola que nos deu as directrizes para a vida colonial, que cada vez se torna mais complexa e apetecível. São estas palavras do Secretário da Escola Superior Colonial, Sr. João Francisco Rodrigues e é sua a ideia do banquete dessa festa, que, pela sua vontade forte de transmontano, triunfou por completo—estas palavras irão ferir a sua modéstia, mas eu não ficaria bem com a minha consciência se não as escrevesse.

A Escola Superior Colonial tem marcado.— Em Outubro do ano findo, visita a Exposição de Vincennes: os seus alunos são recebidos pelo ministro das colónias, pelo marechal Liautey, que para eles têm palavras do mais cativante agrado. Em 20 de Fevereiro, a Sociedade de Geografia encerra a «Semana das Colónias» pela sessão solene de distribuição de prémios aos alunos da escola onde a palavra brilhante e culta do Sr. Dr. Armindo Monteiro, ilustre ministro das colónias, diz o futuro da escola e a missão que *vai confiar aos seus diplomados*.

Em 13 de Março novamente a escola se evidencia pela sua festa de confraternização, presidida por um ministro do govêrno da ditadura, que reuniu 120 convivas de tôdas as idades, desde os 19 aos 70, de todos os credos políticos, de tôdas as categorias, desde o estudante saído do Liceu até ao antigo ministro, médicos, advogados, engenheiros, sacerdotes, jornalistas, sargentos e oficiais, desde tenente a coronel, o que demonstra que um ideal nobre e alevantado os une constituindo uma verdadeira fôrça.

Nesse magestoso convêds do «Niassa» embandeirado em arco, que soma de trabalho colonial se encontrava representado pelos convivas daquela festa e que soma de energias ainda ali a aproveitar.

Os jornais diários referiram-se largamente a essa festa e ao seu alto significado colonial, pelas afirmações ali feitas.

Magnifico programa de administração colonial ali foi exposto no valioso discurso de Sua Ex.^a o Ministro, grandioso pensamento de organização do Império Colonial Português.

Palavras de fé proferidas pelo Sr. Dr. Moreira Júnior, que, com o mesmo entusiasmo com que criou a escola, ali acorreu evocando com a energia de sempre os direitos dos seus diplomados.



JOÃO FRANCISCO RODRIGUES
Secretário da Escola Superior Colonial

O decano dos professores, Sr. Coronel Lourenço Caiola, lembrou tôda a vida difícil que a escola tem atravessado desde o seu início, dizendo que a confraternização e união que ali se vem demonstrando é uma prova da vitalidade da escola e do triunfo da sua ideia.

O actual director Sr. Conde de Penha Garcia, em frase elegante diz, que o banquete de confraternização tem a elevada significação de pedra de toque duma escola que é sem dúvida o fulcro da vitalidade da nação.

O Sr. comdt Vital da Cunha Freitas, presidente da comissão organizadora diz a satisfação do triunfo daquela festa tão útil e de tão alevantada significação.

Pela minha parte afirmei os direitos que pertencem aos que trabalham, a enorme fôrça moral que têm aqueles que só pelo desejo de se instruir e interêsse pelos estudos coloniais, freqüentaram um curso cujas matrículas são das mais caras, curso de quatro anos com 11 cadeiras e que até agora não dava regalias algumas.

Em volta dessa grande mesa não faltou a nota da mais exuberante alegria e franca camaradagem e logo ficou resolvido levar à cena no próximo Dezembro, uma revista na qual vai trabalhar o Sr. tenente Marques, diplomado da escola e que no assunto é competência.

O almoço foi fornecido pela mess dos oficiais de St.^a Clara, cujo gerente Sr. tenente Raposo, diplomado da escola, se esmerou em que os seus colegas ficassem satisfeitos com o «serviço de bordo».

E a festa acabou, não sem que alguns deixassem o barco com pena de não seguirem barra fora antecipando uns meses, a tão desejada e merecida colocação.

Lisboa, 20 de Março de 1931.

Júlio Garcês de Lencastre

Tenente-coronel de Infantaria
Presidente da Associação Académica da Escola Superior Colonial

A colónia de Moçambique perante a crise vinícola metropolitana

Por SIMÕES DA MOTA

Aluno da E. S. C.

TEM sido com verdadeiro interesse que tenho seguido a polémica que vai travada à cerca do momentoso problema da crise vinícola. Porque seja vinicultor? Infelizmente não, porque de vinho só consigo ver em casa aquele que pago ao fornecedor à razão de *um escudo* o litro — os vinicultores da região donde dizem ser originário o vinho que gasto (Tórres Vedras) garantem que o vendem a *trinta centavos!* — mas por ver que insistentemente se fala nas Colónias como devendo ser magníficos mercados de consumo para os vinhos metropolitanos.

E que nós, os que estivemos com uma certa permanência nas Colónias — nove anos já eu por lá andei —, somos como aqueles velhos a quem Deus deu a doença de se considerarem *D. Juans*, sempre que vemos ou ouvimos falar em Colónias — as nossas bem-amadas — vamos pressurosos ler ou escutar o que delas se diz para assim mitigarmos um pouco a saudade que delas sentimos, ou para nos *babarmos* se as enaltecem, ou para as defendermos se as atacam.

Foi o que me sucedeu; tanta vez vi ligadas as Colónias com a crise viti-vinícola, que acabei por me interessar pelo assunto, a ponto de hoje aqui estar também ventilando-o, principal e, pode-se dizer, exclusivamente pelo que se refere a Moçambique pois que é aquela colónia que melhor conheço, além de ser a mais visada no que se tem escrito e dito.

Não tenho dado o meu tempo por mal empregado em seguir o *combate* travado, porque tenho lido depoimentos interessantes, alvítrés sugestivos mas todos êles carecendo — pelo que a Colónias se referem — de um carácter de viabilidade prática, sobretudo para o meio em que devem ser adoptados. Têm todos ou quasi todos um aspecto muito unilateral que, no caso de que tratamos, é o interesse próprio de quem depõe ou alvítra, nem mesmo o da colectividade, e tanto assim que não há muita concordância em todos quantos vêm à liça dizer de sua justiça, apesar de visarem um fim comum: provocarem o aumento do consumo de vinho para assim onsequirem a colocação dos stocks em armazém com a conseqüente alta de preços.

Tem-se pretendido conseguir obter, que na colónia de Moçambique, sejam diminuídos os direitos de importação que incidem sobre os vinhos comuns nacionais — os até 14° pagam \$03 centavos por litro — para assim, dizem, se conseguir o aumento do consumo; mas, não se lembram, os que tal propõem, que na época difícil que a colónia — e todo o mundo — está atravessando a diminuição de qualquer receita é mais uma causa a aumentar as dificuldades da administração.

E, pergunto eu, ¿seria esta medida eficaz para levar o indígena a consumir o vinho metropolitano? Só quem desconhece qual seja a importância que o indígena liga à «qualidade» do que bebe se abalançaria a dizer *sim*.

Também apareceu, em representação a entidade oficial, o alvítre para se obrigarem as companhias e agricultores coloniais a darem uma certa quantidade — naturalmente três decilitros diários — de vinho, aos

trabalhadores com o fim, diz a própria representação, de «...que desta forma o vinho entre nos hábitos dos indígenas, levando-os, por um lado a pôrem de parte as suas bebidas cafreais, e, por outro, uma vez criado o hábito do vinho, a irem procurá-lo aos estabelecimentos do interior».

Isto, com certeza, que foi escrito por quem desconhece o que seja a vida do agricultor em África, o preço porque lá se vende o vinho metropolitano e o que sejam os gostos do indígena.

A mão de obra nas nossas Colónias atinge hoje um custo elevado, e, para se fazer ideia dêsse custo, basta ler as obrigações a que tem de satisfazer um *patrão* para com um seu *trabalhador* segundo as determinações do Código de Trabalho.

Dizia-me há tempos alguém, cá na Metrópole, que um trabalhador preto, nas nossas Colónias, tem mais regalias e garantias que um trabalhador branco na Metrópole. Assim será — e ainda bem para mais glória do nosso bom nome de povo colonizador e humanitário —, mas essas regalias e garantias são todas suportadas pelos patrões; ¿ainda êstes se haviam de ir agora sobrecarregar com o custo da razão de vinho a distribuir?

É interessante notar que tendo êste alvítre partido de uma Federação de Sindicatos Agrícolas do País, são precisamente agricultores aqueles que há dois dias veem protestando contra a publicação, pela pasta da Agricultura, de um decreto pelo qual se pretende obrigar os lavradores metropolitanos ao fornecimento diário de uma razão de vinho aos seus assariados. Estão-se aduzindo razões que, com mais direito, poderiam ser aduzidas pelos agricultores coloniais se os quizessem obrigar a pôr em prática o alvítre da citada Federação.

Propõem assim para uso dos outros, aquilo que não querem para si!!

A adoptar-se, para as Colónias, aquele alvítre ir-se-ia tornar mais difícil a vida, já hoje asfixiante, do agricultor, o que equivale a dizer que se iria prejudicar o progresso e o desenvolvimento material daquelas nossas regiões de Além-mar, que só a agricultura desenvolverá, e assim pareceria que queríamos voltar áqueles, felizmente já longínquos, tempos em que as Colónias eram consideradas como méros logradouros da Metrópole; além de que, torno a dizê-lo, não se atingiria o fim que a exposição pretende, pois que o indígena, logo que terminasse o seu contrato de trabalho e regressasse à sua palhota, voltava a embriagar-se com a *sura*, o *sope*, o *su pongo* ou qualquer outra dessas várias bebidas que êle prepara dos muito vegetais que a pródiga Natureza lhe põe à mão, bebidas que êle obtém em gran-

des quantidades—que é o seu desideratum—sem dispêndio algum, ou com o mínimo dispêndio de uma lata vazia, de gasolina ou petróleo, necessária ao fabrico daquelas.

Há de facto probabilidades de fazer aumentar o consumo de vinho nas nossas Colónias, e eu sou apologista acérrimo, de que se provoque esse aumento, levando o indígena a ser consumidor dos nossos vinhos comuns, pois que estes bem menos nocivos serão à sua saúde do que as bebidas cafreais.

Estou a ouvir os *moralistas* a barafustarem que eu pretendo manter no preto o vício da embriaguês, em lugar de lho tentar combater. Enganam-se os que assim pensem, pois estou convencido de que consumindo o indígena o vinho comum metropolitano de certo o seu poder de compra, em relação a este produto, será muito inferior áquele que tem para a aquisição de bebidas cafreais, e assim êle se embriagará muito menos, podendo até ser levado a uma certa morigeração de bebida para o que será necessário, incontestavelmente, tempo e... educação.

Para se conseguir levar o indígena a ser consumidor dos vinhos metropolitanos, em nosso entender, outras medidas há que adoptar, por quem governa a colónia, que não aquelas que temos visto sugerir, competindo também aos comerciantes e produtores tomarem atitudes que correspondam e facilitem a execução daquelas medidas.

O primeiro fim que se deve ter em vista é, sem dúvida, evitar—proibir mesmo—o fabrico e a venda, ao indígena, de quaisquer bebidas alcóolicas que não seja o vinho comum. Para isso tem que se montar um serviço de fiscalização e repressão que seja uma, quanto possível, permanente ameaça sôbre quem pretenda transgredir essa proibição.

Esta fiscalização poderá ser feita com rondas volantes que disponham de fácil mobilidade, a fim de se evitar que—dada a rapidez com que entre os indígenas se transmitem as notícias—os fabricantes ou vendedores possam ter conhecimento da visita da ronda com a antecedência suficiente para esconderem ou inutilizarem o objecto do delicto.

Estas rondas poderiam ser constituídas—cada uma—por um europeu, com a indispensável montada, e por dois ou três indígenas, devendo cada circunscrição administrativa dispôr de um número tal de rondas em harmonia com a área a fiscalizar, número êste que variaria entre duas e quatro.

Por princípio algum se deverá considerar êste pessoal subordinado a qualquer outra entidade que não seja o respectivo administrador de quem única e exclusivamente receberá ordens e a quem dará contas da maneira como desempenha o seu serviço.

Estas rondas seriam de uma utilidade que ocioso é estar a fazer notar, pois que, além do serviço de fiscalização para que se criassem, seriam valiosos auxiliares nas operações de recenseamento para a cobrança do imposto, e executariam um eficiente serviço de polícia tão vantajoso sobretudo naquelas regiões afastadas dos centros de administração. Até mesmo sob o ponto de vista militar constituiriam elementos magníficos de mobilização, pois que devendo para elas serem nomeados somente indivíduos—brancos e pretos—que tivessem prestado serviço nas fileiras do exército, portanto com a necessária instrução militar, êles constituiriam óptimos elementos de enquadramento aos quais não faltava o sempre

necessário e indispensável conhecimento do sertão africano para campanhas coloniais.

A despesa que acarretariam, estou certo, seria compensada pelo aumento das receitas alfandegárias proveniente do aumento da cifra de importação do vinho, como nos leva a crer a experiência já feita no distrito de Inhambane, pelo falecido professor da Escola Superior Colonial Sr. Visconde de Almeida Garrett quando em 1905 governou aquele distrito, e onde—apezar da pouca eficiente fiscalização—após a publicação de lei de 1902 (que proibia a venda aos indígenas de aguardentes preparadas, etc.) o vinho colonial importado—só naquele distrito—subiu de 75.823 litros em 1903, para 427.154 litros em 1905, e isto apezar de as condições, sobretudo no que respeita a transportes no mato, serem incomparavelmente muito mais difíceis do que o são hoje.

Haverá também que acabar com quaisquer restrições à liberdade de comércio, estabelecendo, é claro, pesadas sanções a quem abuse das liberdades concedidas, principalmente no que respeita à qualidade e pureza do artigo que se vender.

Quanto aos comerciantes, terão que modificar a sua maneira de pensar sôbre o que seja o consumidor colonial, convencendo-se que êste sabe muito bem distinguir o que é bom daquilo que não presta, e assim deverão só mandar para a África vinho que seja sumo de uva e não qualquer mistela que de vinho só tenha o nome o que, longe de agradar, iria provocar a repulsa e portanto afastar o consumidor. Bem bastam aqueles *honrados* comerciantes que por lá possam fazer de uma pipa de vinho, três ou quatro misturando-lhe *pipipiri* para fingir de vinho muito forte!

Terá também que haver um entendimento entre o comércio colonial e o metropolitano de maneira ao vinho poder ser vendido nas colónias a um preço razoável pois poucas serão as bolsas que o poderão pagar a cinco ou seis escudos o litro de um vinho *traqanel* ou a doze escudos uma garrafa de Colares. E estes preços são em Lourenço Marques, porque em Tete, por exemplo, devem duplicar!

As companhias de navegação têm também, como não pode deixar de ser, o seu papel importante no desenvolvimento dêste comércio, procurando salvaguardar a mercadoria dos perniciosos efeitos dos vários *balanços* que experimenta pelo caminho e que bem grandes prejuízos causam pelas quebras que nela provocam.

Será assim de uma acção conjunta entre Governos, comerciantes da metrópole e das colónias, e empresas de navegação que se conseguirá resolver êste problema de interesse actual para a vinicultura metropolitana a qual deve também dar a sua quota parte não indo, com o espírito da ganância, estragar o trabalho que outros lhe prepararem.

Unamo-nos todos em volta de quem hoje dirige os destinos coloniais, dando o que pudermos do nosso esforço, embora sujeitos à crítica mordaz daqueles que nada fazem, visto que, muitas vezes, de uma fraca idea pode, um espírito inteligente tirar uma forte conclusão, e, assim, todos unidos pelo lema de **Pátria ao alto**, constituiremos aquele núcleo forte e invencível que, sob a direcção de uma lúcida inteligência e de um espírito bem formado, conseguirá formar aquele *Império Nacional* contra o poder do qual esbarrem todas as arremetidas e ambições venham elas de onde vierem.

Lisboa, 5/4/932.

Projecto de Fomento Geral d'Angola,

por colaboração do Estado com as iniciativas particulares
unificadas sob a forma de Companhia

Por HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

Antigo Governador Geral de Angola

(Continuação do n.º 13)

—2.º—Fabrico d'extractos tintoriaes, podendo experimentar-se n'este genero, entre outras, as madeiras atraz citadas na secção «Córantes»;

—3.º—Fabrico d'extractos taninosos, a que já atraz nos referimos na secção «Taninosos»;

—4.º—Fabrico d'alcool industrial (alcool de cellulose), com applicação possivel como elemento do carburante provincial, substituto da gazolina, a que já atraz nos referimos, a proposito da canna saccharina;

5.º—Fabrico do carvão de madeira, ou pelo processo simples da carbonisação em medas de tóros, cobertas de terra, ou pela distilação em retortas, com a qual se produz, além do carvão, alcatrão, creosote, acido pyrolenhoso, etc.

Não nos consta que este methodo de trabalho que, em linhas geraes, acabamos de expôr, — tenha tido pleno seguimento na Província. Comtudo era o bom. E, como tal, o aconselhamos á Companhia.

B) — Pecuaria e fauna natural.

1.º—Gado bovino

A capacidade d'Angola para criação de bovidos é conhecida.

—Começando pelo Congo: na margem do Zaire (Cong'Yala, Chichianga e Sumba), e nas regiões d'entre o rio Zadi e o Cugho (Bungo,—Puri,—Pombo,—e Cualí);

—seguindo pelas regiões leste de Luanda: Ambaca, Cacusó, Pungo Andongo, Duque de Bragança, e plan'alto de Malange; (na Lunda paiz ondulado, com numerosas linhas d'agua, ha, por agora, muito pouco gado, e os nativos pouco pensam em criá-lo);

—caminhando ainda para o Sul, pelas regiões leste de Benguela: em Quillengues, território d'entre Caconda e Bihé (Sambo, Huambo, Chindonga, Mõma, etc.), — nos Ganguelas, d'entre Mõma e Princeza Amelia (Quingue, Libunga, Dumba, Malengue, etc.), a nordeste do Moxico (margem Sul do Cassai, — e entre Moxico Calunga Cameia e Nana Candundo (Alto Zambese);

— e acabando finalmente pelas regiões leste de Mossamedes (Huila): — na zona plan'altica adjacente á Serra da Chela, — nos Gambos e Humbe, na Dongoena, Quiteve, Mulondo, Capelongo e Quipungo,—

no alem-Cunene (Cuamato, Cuanhama, Evale, Cafima e Handa), no alem-Cubango (ambuelas de Masaca, Cuangar, Bunja e Sambio); etc., etc.

tudo são territorios com agua, pastagens, e gados bovinos, somando, com todas as probabilidades, para cima de um milhão de cabeças, e com os requisitos precisos para ir muito mais alem.

Isto no que respeita á natureza, e ao geito que, para a pastoricia manifesta uma grande parte dos indígenas.

Quanto á intervenção governativa e colonisadora,—não podemos dizer que ella tenha correspondido, com tanto vigor como seria para desejar, ás condições notoriamente favoraveis, que a Província (ao Sul particularmente) lhes oferece, n'este excelente sector da possivel produção. Embora não tenha estado ausente a boa vontade dos resumidos quadros technicos, conforme o demonstram, por exemplo, os trabalhos do tecnico da Província em 1907-09 (Coelho da Rocha). A justiça inteira manda mesmo dizer-se que não é um zero absoluto que cabe aqui meter na columna das observações, mas que, pelo contrario, algumas iniciativas d'indiscutivel utilidade ha que registrar, e que, principalmente tem havido technicos da veterinaria com um saber profissional, e um zelo patriotico, mercedores do melhor apreço.

Assim temos a Estação Zootechnica do Sul (Humpata) desenvolvendo actividades d'admiravel eficiencia, no sentido da introducção, no plan'alto, de raças bovinas de trabalho, carne e leite, e na introducção tambem de carneiros de lã. E tratando conexamente da producção de queijos e manteigas.

Deve estar funcionando, alem d'esta, uma outra Estação Zootechnica na Ganda, e um Laboratorio bacteriologico no Huambo, para producção de vacinas. Demais existem já, espalhados por varios pontos, certo numero de tanques para banhos de tratamento a gados. Alguma cousa se tem feito na verdade. Mas pouco para territorio tão vasto. E, para que Angola consiga a classificacão comercial de Paiz grande criador de bovidos, ha que trabalhar muito mais, quer dizer, augmentar bastante o pessoal technico, e os seus meios d'acção.

Lembrêmo-nos d'um Paiz cuja prosperidade não foi feita com minas d'ouro, ou de diamantes, mas, sim, com a simples alfaya agro-pecuaria. Lembrêmo-nos da Argentina, sem que o facto de ser, em superficie, mais que o dobro d'Angola, prejudique, por

forma nenhuma, o paralelo. Lembrêmos a sua rápida evolução económica, — tão rápida que o commercio exterior decuplicou em menos de 50 annos, na base da agricultura e da pecuária; representada esta ultima por muitos milhões de cabeças bovinas (afóra as ovinas, cavalares, etc.). Em 1915, por exemplo, 50 milhões de bovidos, 80 milhões d'ovinos, e 9 milhões de cavalos, além d'animaes d'outras especies, concorrendo com a verba maior para a enorme exportação da Argentina computada em 1917 n'uns 500 mil contos (ouro, — numeros redondos) — dos quaes 340 mil provenientes da pecuária, 140 mil da agricultura, e 20 mil de productos florestaes, caça e pesca, — que constituem (além d'uma quantidade minima de minerio) a unica exportação da Argentina.

E considerêmos, ao mesmo tempo, por outro lado, que o acrescimo successivo dos rebanhos, em quantidade e qualidade, manifestados por numeros e valores tão altos, não se produziram seguramente por geração expontanea, mas sim por efeito de diligencias activas e inteligentes, entre as quaes, por exemplo, a transformação de 1.500.000 hectares de terreno, em prados de luzerna—o aperfeiçoamento das raças por selecções e cruzamentos, etc., etc.

Embora esta prodigiosa expansão da Argentina possa, em parte, ter derivado d'exceptionaes condições da natureza, o seu exemplo (e ao nosso lado, na Rhodesia, temos quem procure seguil-o um pouco) nem por isso deixa de ser suggestivo e indicador de bons caminhos. Quaes elles sejam, todos, mais ou menos, o sabemos. Na execução, está a dificuldade.

Os processos indigenas de tratamento são bastante primitivos, em regra. Não ha escolha de logares para pasto. Todos servem, humidos ou sécos, baixos ou altos. O abrigo nocturno reduz-se aos chamados «sambos», quer dizer, curraes sem cobertura, feitos de simples estacas, onde os animaes nem se deitam nem escapam ás intemperies.

Em resumo, humidades e frios, e tambem quando calha, fomes e sédes. Selecções não se fazem. D'isto tudo resultam enfraquecimentos, doenças e productos deseguaes, e maus.

E as reformas tem que incidir sobre todos esses aspectos, visando a melhorar a hygiene e a alimentação e tambem a reprodução, com cruzamentos bem escolhidos, ou, mesmo sem elles, pelas judiciosas selecções, orientando os regimens em harmonia com os fins em vista, quer se pretendam animaes para trabalho, quer para carne, leite, ou lacticínios. Sem esquecer que a eficacia de todos esses cuidados está em intima ligação com o problema das forragens. Quer dizer que, ao lado dos pastos naturais, melhorados, ou não,—cujo auxilio não póde dispensar-se,—ha que escolher culturas forraginosas, e constituir os respectivos prados artificiaes, para a produção intensiva. E, tambem, os processos de secagem e d'ensilagem deverão chamar-se a capitulo, para suprir com fenos sécos as eventuaes deficiencias da pastagem verde.

Tudo isto precisa ser experimentado, exemplificado, ensinado e vigiado, em todas as regiões pecuarias. Requer-se por consequencia o serviço d'um numero sufficiente de profissionaes da sciencia veterinaria, e das correspondentes Estações Zootechnicas, em todos os centros proprios para fomento pecuario.

Existem, demais, ou podem sobrevir, doenças bovinas,—a peripneumonia (caonha),—o carbunculo bacteriano (baceira),—a doença da mosca tsé-tsé

(Nagana,—trypanosomiase) além d'outras menos graves,—pneumonia simples, bronchites, indigestões, carraças, etc.

Requerem-se, pois, não só tratamentos, mas tambem prophylaxias, isto é, medidas de prevenção, quer da ordem hygienica, quer da ordem therapeutica, por meio de serums preventivos, ou vaccinações. E essas serotherapias, ou vaccinações, precisam dos Laboratorios de pathologia veterinaria, onde se estudem e preparem, e onde, d'um modo geral, se investigue tudo quanto respeite á etiologia, e prophylaxia, pecuarias,—tudo quanto concorra, ou sirva, para atacar, atenuar, ou afugentar as doenças e as suas causas.

Precisam-se, disseminados em centros estrategicos, tanques para limpeza e tratamento de parasitas, quer dizer, de carraças, que se encontram muito em certas pastagens, e são causa d'enfraquecimento, e vehiculo de doenças.

E, desde logo, esse serviço de laboratorios, etc., reclama outro contingente de technicos veterinarios especializados.

Com a grande criação de gado bovino, liga-se intimamente a «Industria do frio», e a de «Preparação de pelles».

De facto os antigos *saladeros*, grandes oficinas onde os bois, apanhados na *pampa* a laço, vinham para ser abatidos e despojados da pelle procedendo-se, depois, ao preparo d'esta, e á salga da carne,—perderam terreno diante dos modernos processos de conservação da carne, por meio de congelação, ou refrigeração, realisadas em estabelecimentos frigorificos, d'onde se exportam quartos de boi, e carneiros inteiros, congelados, ou resfriados. É mais cômodo que exportar bois vivos, e deixará na Provincia os despojos, cuja preparação constitue fonte d'outras mercadorias.

A industria do frio é, com efeito, valioso instrumento de fomento da riqueza, que intensifica a produção, porque facilita exportações, que, por outra forma, se não poderiam fazer. Assim, vemos a funcionar, na Argentina, numerosas companhias frigorificas; no Cabo, armazenagem frigorifica para exportação de frutas; e, analogamente, na Australia, Nova Zelandia, Canadá, e varios outros paizes.

Tambem em Angola, essa industria, permitindo sem inconveniente trajectos compridos, e armazenagens longas, pode prestar serviço vantajoso, não só a respeito da carne, mas para outras exportações, nomeadamente a de certos frutos tropicaes, sujeitos a deterioração facil.

Quanto a pelles de boi, duas são as formas em que podem exportar-se,—a de couro em bruto e a de couro curtido.

Para qualquer d'ellas tem importancia maxima os processos e cuidados, com que se trata a pelle imediatamente depois de o animal perder a vida.

A Companhia terá, pois, de atender este assumpto, quer nas suas explorações proprias, quer nas preparações d'origem indigena, de modo que consiga trazer ao mercado productos são e de boa apresentação, provenientes de pelles que, depois de bem limpas, foram estendidas n'um quadro, e sécas lentamente, á sombra, com temperatura normal, e corrente d'ar; e não couros encarquilhados e defeituosos, cuja séca se tenha obtido rapidamente, espondendo ao sol a pelle deitada no chão, sem limpezas previas, nem cuidados d'especie alguma. Estas ultimas

só podem merecer cotações secundárias, como matéria prima inferior, que são, para a indústria da curtimenta a que se destinam.

A séca simples poderá substituir-se, quando oportuno e com sal barato, pelo processo da salga, ou da salmoura.

Os cortumes são na Metropole industria de certo volume, e bastante espalhada, a qual, alem d'aproveitar, como materia prima, as pelles nacionaes, ainda as importa do Ultramar portuguez, e do estrangeiro, sob a forma de pelles sécas, ou salgadas. Ha logar, portanto, para que Angola substitua o estrangeiro no mercado da Metropole, enviando-lhe os fornecimentos de pelles sécas, ou salgadas, quer dizer não curtidas, necessárias para completar o consumo das fabricas da Metropole. Esta industria da curtimenta na Metropole utiliza muito o tanino sob a forma de extractos, que importa do estrangeiro. Em vez d'isto, poderão os extractos ser fornecidos pela Provincia d'Angola, logo que esta estabeleça a respectiva industria, a que atraz nos referimos. Tambem a Provincia poderá fornecer cascas de mangue, e d'acacia, que a industria da Metropole emprega.

Tendo nós em vista, no entretanto, transformar Angola em paiz de grande criação bovina, devem sobrar-lhe pelles, sécas ou salgadas, ainda depois d'esses fornecimentos com que vem completar as necessidades de materia prima, da industria metropolitana dos cortumes.

Fica aberta, por conseguinte, certa margem dando logar a que Angola tambem exerça, por seu lado, a industria de cortumes, para a qual possui todas as materias primas principaes, quer dizer, pelles em bruto, tanino, e cascas de mangue e outras.

2.º—Gado ovino

Inutil será encarecer o que póde representar para a Provincia a expansão criadora de carneiros de lã, elemento assinalado de riqueza, e um dos mais importantes, ou mesmo para alguns Paizes, o mais importante artigo d'exportação. A Australia, por exemplo, que, dentro d'uma exportação de £ 75 milhões, exportou em 1917-18 24 milhões de £, de lã (ou seja 33 % do total). Lã que é o producto das suas enormes planicies, de solo um pouco salgado, e coberto pela herva a que chamam «salt-bush», onde se propagaram magnificamente os «merinos» importados de Hespanha, origem da grande maioria dos seus rebanhos (alem d'uma minoria d'outras variedades); a Argentina de que já falámos; a União Sul-Africana que, em 1918, exportou nove e meio milhões de £ de lã, dentro d'entro d'uma exportação total de £ 35 milhões, isto é, quasi 30 %.

Serão bem empregados, portanto, os esforços, que se empreguem, para o desenvolvimento racional d'esta criação, recorrendo á sciencia veterinaria que bem saberá fazer experiencias, consolidar aclimações, aplicar as boas regras da selecção, e os bons systemas de reproducção, por cruzamentos, ou «in and in», como dizem os inglezes; utilizando, do modo mais conveniente, «merinos do Cabo» ou «merinos de Portugal, ou Hespanha», ou outros merinos; ou carneiros «Lincoln» inglezes, que, na Nova-Zelandia, se provou, ao que parece, consentirem cruzamento com ovelhas merinos; ou outras raças.

3.º—Gado cavalari, asinino e muar

Acerca de cavalos, lá nos diz Lopes de Lima que o Governador Antonio Saldanha da Gama estabeleceu uma Coudelaria no Dande em 1809, para a qual era obrigado a levar uma egua cada navio que ia do Brazil. Coudelaria que ainda durou por mais de 30 annos, mas se extinguiu por ter sido «miseravelmente desprezada», segundo palavras textuaes do mesmo auctor.

Actualmente não ha estabelecimento regular de criação.

Ha cavalos importados d'Africa do Sul, Cabo Verde e Portugal, e alguns productos nascidos d'estes. Existem elles na posse de varios particulares, europeus, e mesmo indigenas. No Cuanhama os «lengas», em regra, teem cavallo. No Cuangar, Dirico (foz do Cuito quando entra no Cubango), e outras regiões do Sul, um cavallo e uma arma fina, são ambições geraes, muitas vezes realisadas pelos que dispõem de mais recursos, como certos sobas, caçadores, e guerreiros.

Estão sujeitos, no entanto, os cavalos africanos a doenças graves, que causa muitas victimas,—a chamada «horse-sickness», da qual se imunizam os que escapam ao primeiro ataque,—a «typanosomiase» (em regiões de mosca tsé-tsé), e outras. D'onde talvez deve tirar-se a conclusão de que,—embora particulares possam criar isoladamente um ou outro producto, como amadores,—a instalação e funcionamento, d'uma Coudelaria regular, envolve despezas e riscos, que não apontam tal empresa por agora, como fonte de comercio seguro, mas antes como objecto de iniciativa governamental, por intermedio das Estações Zootechnicas, nas zonas que possam classificar-se como hippicas. Nomeadamente, para o Sul, o Cuanhama, onde, do antecedente, existem, na posse dos nativos, bastantes cavalos, e eguas reproductoras,—e, para o Norte, talvez o Dande, atendendo ás suas tradições n'este sector pecuario, ou o Libôlo. Sem prejuizo d'outras experiencias que se aconselhem.

O estudo das doenças cavallares, e das correspondentes vaccinas, representa, parallelamente, trabalho que se propõe á actividade dos Laboratorios de Pathologia Veterinaria.

Mais rusticos que os cavalos, mais sobrios, e mais resistentes ás doenças, os burros e muares são animaes cuja criação muito se recomenda por esses motivos, devendo fazer-se sob os auspícios do Governo, e expandir-se entre os particulares.

4.º—Gado suino

Encontra-se bastante na Provincia entre os indigenas. E tambem entre europeus do Plan'alto, alguns dos quaes apresentam mesmo exemplares dignos de alta classificação zootechnica. Há apenas que generalisar o aperfeiçoamento da raça, e o melhoramento da hygiene e dos processos d'engorda. E augmentar a criação, aproveitando-a, como productora de carnes, presuntos, gorduras, etc., em larga quantidade, para consumo interno e comercio exterior.

5.º—Gado caprino

Na lista das exportações da União Sul-Africana, avulta com valor consideravel (subindo em alguns

annos acima de um milhão de libras) o producto valioso chamado «mohair», pêlo da cabra «Angora», de que existem grandes rebanhos, no territorio do Cabo especialmente. Esse animal dá-se na Província. E os esforços que dedicássemos ao seu bom arraçoamento e maior expansão, bem pagos seriam pelos lucros commerciaes d'ahi resultantes.

As cabras vulgares abundam em Angola, de variedades diversas; a indigena,—algumas importadas d'Africa do Sul, e Portugal,—e cruzamentos d'essas.

É gado susceptível d'útil exploração, pela carne, leite e pelle, e que se recomenda pela sua facil adaptação por toda a parte, requerendo menores cuidados que os carneiros. A sua criação merece atenções zootéchnicas.

6.º—Abestruzes

Uma enfiada de pequenas rodela, feitas de casca d'ovo d'abestruz, é cinto ornamental, que usam as mulheres do Cuanhar, e outras do baixo Cubango, e tambem do Cuanhama. E ao longo do baixo Cuíto, quando afluem ao Cubango, faziam caça aos abestruzes certos chefes indigenas, senhores de cavalos, e carabinas de preço, compradas por marfim ou bois, aos aventureiros do negocio sertanejo, provenientes de Colonias limitrophes, muitas vezes.

A gente de Massaca caça o abestruz nas lagôas da margem direita do Cubango, usando as respectivas pennas (uma ou duas) espetadas a prumo no cabelo ou descahidas sobre a nuca. E vive tambem o abestruz nas regiões d'entre Evale, Cuanhama e rio Cunene, e quem da margem direita, nas latitudes aproximadas do rio Curoca.

Todavia,—esquívos e tímidos, como são,—todos esses abestruzes desapareceriam, ou fugiriam para outra parte, se as paragens que ocupam fossem invadidas por habitantes em maior numero, por culturas, ou por caçadores fogosos, como succedeu em Argel no meiado do seculo anterior, onde as correrias cynéticas do General Margueritte, e outros, lhes acabou, allí, com a raça.

Conclue-se, entretanto, que, no Sul d'Angola, existem varias zonas adequadas para a vida do abestruz.

E, sabendo-se, por outro lado, que as pennas d'essa ave constituem afamado artigo de luxo, com peso importante na lista exportadora da União Sul-Africana, e que esta, no Cabo principalmente, conseguiu tornar-se possuidora de centenas de milhares d'abestruzes domesticados,—ocorre naturalmente a oportunidade de tentar em Angola semelhante criação e commercio.

Mas essa empreza, de dotar a Província com um, ou mais, parques, ou tapádas, d'abestruzes, não deve abordar-se sem ponderal-a bastante. E sem recordar que tal commercio, embora rendoso varios anos, sofre no entanto as fluctuações da moda, que lhe causam quebras, um anno ou outro, na procura e nos preços. É recordar, ainda, que essa exploração requer experiencia dos usos e costumes da ave, e conhecimentos especiaes, que representam dificuldades para quem queira pôr a obra em andamento.

O problema reclama estudo previo, e preparação acertada. As criações d'abestruz do Cabo desenvolveram-se e floresceram, mas, inversamente, falharam varias tentativas em Argel.

Não porque os abestruzes se oponham muito á domesticação. Antes, pelo contrario, domesticam-se completamente, e reproduzem-se nessas condições de relativo captiveiro. Varias tribus do Soldão (Alto Nilo, Alto Senegal, Níger, etc.), o fazem, ou teem feito, desde antigas eras, praticando, mesmo, methodos seus d'incubação artificial.

Não ha duvida de que podem domesticar-se e criar-se abestruzes colhidos no mato. E que são conhecidas as suas necessidades de clima sêco, e os seus habitos, gostando d'espaco livre, agua para banhar-se, e hervas e plantas para comer. E que se podem reproduzir, não só pela incubação natural, mas pela incubação artificial dos seus ovos, que é o processo d'augmentar mais rapidamente o rebanho inicial. Usam-se, para isto, incubadoras proprias de que existem typos industriaes.

A questão toda é saber operar. E só convem ir para diante depois de todas as contingencias previstas, e assegurados todos os factores do exito.

7.º—Abelhas, mel e cêra

A cêra figura ha muitos annos, com certo vulto, na lista das exportações d'Angola. Dentro da escala das relatividades, já ocupou mesmo, sob o aspecto do valor, o 3.º logar, quando os primeiros eram da borracha e do café. Actualmente a importancia mantem-se, apezar de lhe estarem, mais ou menos, por cima, em valor d'exportação, o café, como d'antes, e, alem d'este, os diamantes, milho, oleaginosas, assucar e peixe sêco.

Esta cêra, que se exporta, é producto da apicultura exercida, melhor, ou peor, por gangueles, quiôcos, e outros povos sertanêjos, que negociam a cêra, e guardam para si o mel, com o qual se alimentam em parte, empregando a outra parte no fabrico de hydromel (infusão de mel em agua que se fermenta) bebida por elles altamente apreciada.

A producção, relativamente abundante, em varios pontos, liga-se com a presença de bosques de certas arvores («Cesalpínceas» e «Combretum»), cujas flores são poderoso atractivo para as abelhas, como o são tambem as flores da «Mulumba» (*Pterocarpus melliferus*, Welw.) que se encontra de Pungo Andongo para o interior,—nas regiões de Songó (Sul de Malange), etc.

E os indigenas tiram partido d'este facto, servindo-se dos seus cortiços cylindricos de madeira escavada com um metro de comprimento, que vão collocar no alto das mais reconditas arvores. E tambem aproveitam, quando o encontram, o mel que as muitas abelhas livres fabricam, por conta propria, nos concavos das arvores velhas, e nas cavidades dos montes termiticos.

Os processos d'apicultura indigena são, na verdade, primitivos, e ás vezes sacrificam mesmo enxames por ocasião da cresta. Convem por conseguinte promover o melhoramento, e o alargamento, d'esta exploração, na qual devem participar, não só os nativos, como os europeus, aproveitando a flora indigena, e os enxames indigenas, e applicando-lhes processos mais racionaes, e cortiços de melhor modelo, que os enxames indigenas sem duvida aceitarão. E na certeza, tambem, de que as arvores d'Angola podem alimentar uma producção de mel e cêra bastante superior á actual.

8.º—Caça

Elephantes, hipopotamos, e crocodilos,—girafas, rinocerontes, e bufalos ou empacassas — leões e leopardos,—zebras, palancas, e antilopes diversos—aguias, e aves de numerosas qualidades—enfim, uma fauna bastante rica, variada e abundante, povôa, ainda, matas e planícies herbáceas, nas regiões menos habitadas do sertão d'Angola, desde o Congo, até ao extremo Sul.

E esses animaes, susceptíveis de caça, embora regulada pela lei, são portadores de marfins e de pelles, de chifres e de pennas, que, commercialmente encarados, representam valores d'exportação.

C) — Pesca

Ao lado da agricultura da terra, a agricultura do mar. Possui Angola, ao longo das suas costas, abundancia de peixes, de muitas variedades, e finas qualidades, riquezas ichthiologicas, que tem sido exploradas, o bastante, para que os productos da pesca entrem no grupo das exportações mais importantes da Provincia.

Com effeito, desde longos annos, pescadores portuguezes,—que são ainda os mesmos que, desde 1444, segundo dizem as chronicas, pescaram nas aguas do golpho d'Arguin, e suas redondezas, para Norte e para Sul,—manteem agora centros piscatorios ao Norte d'Angola, na Ponta do Padrão, e ao Sul, em varios logares,—Mossamedes, Porto Alexandre, Bahia dos Tigres, etc.

A essa magnifica gente de mar portugueza, não faltam, seguramente, solidas aptidões profissionaes, capazes de levar, ao maior esplendor e prosperidade, a industria da pesca em Angola. Mas tem-lhe faltado capitaes. D'onde resulta fraco material de pesca, e d'instalações, envolvendo processos de trabalho pouco modernizados, e pouco susceptíveis, portanto, d'imprimir, á pesca marítima da Provincia, a valorisação mais industrial e intensa, que deve ser o nosso objectivo.

Para realisar-o, a Empresa Piscatoria requer:

—1.º—Direcção technica oceanografica, luz necessaria para esclarecer, com justo criterio, as modalidades da exploração, indicando fundos, correntes, ventos, especies de peixes, molluscos e crustaceos, habitos, epochas, e pontos certos de pesqueiro; d'estes estudos oceanograficos depende em absoluto o grande desenvolvimento da pesca;

—2.º—Em harmonia com esses dados, escolha e acquisição dos typos convenientes, e modernizados, d'armamento marítimo, e d'engenhos piscatorios — vapores d'arrasto, com frígorifico, ou sem elle, para pesca do alto,—armações, cercos, diferentes especies de rêdes, ou linhas, segundo o conselho da technica oceanografica, e embarcações correspondentes para a pesca costeira — «barcos-frígorificos» e «barcos-viveiros» para transportes, etc.; e utilisção racional de todos estes materiaes, tendo em vista a boa colheita da ceára permanente dos mares, sem matar a galinha dos ovos d'ouro;

—3.º—Estabelecimento, em terra, das instalações necessarias para applicação dos diversos processos de conservação, e tratamento, da materia prima «peixe, molluscos e crustaceos». Isto é: a) Secadouros e telheiros para salga, séca e fumagem; b) Fabricas de conservas enlatadas, feitas em azeite ou esca-

beche; c) Camaras frígorificas para refrigerações; d) Viveiros para crustaceos; e) Oficinas para aproveitamento dos residuos e das especies não comestiveis, transformando-os em guano, oleo, tourteaux, ichthiocola, oleo de figados, isca d'ovas usada na pesca da sardinha, e isca da pesca do bacalhau; f) Salinas para fornecimento de sal abundante e barato (existem salinas em Mucula, Ambrizete, Luanda, (Cacuaco) Sul de Benguela, e Mossamedes, onde existe tambem sal natural em quantidade importante.

Só uma grande Empresa dispõe dos recursos precisos para pôr em funcionamento a industria da pesca, n'estes termos de maximas producções e rendimentos.

Mas partindo do principio que tal se conseguisse, todos teriam a ganhar, associados dentro d'ella.

As pequenas empresas, do anterior existentes, como pescadoras e exportadoras de peixe, obtinham collocação certa para a sua pesca, visto que a Empresa grande se obrigaria a receber-a por inteiro, assim como os associados, por sua parte, se obrigariam a vender á Empresa grande, exclusivamente, todo o seu peixe, a preço determinado.

E participariam nos lucros, que augmentam pela melhor qualidade, e maior quantidade, e variedade dos generos produzidos, e pelos meios mais energicos d'expansão mercantil que a Empresa grande poderia pôr em jogo. E, ainda, porque esta associação geral, de todos os interessados, evitaria a eventualidade de quaesquer concorrências mutuas.

E, com productos bem apresentados, limpos, e de gosto agradável, tendo o cuidado de adaptar os muito numerosos productos alimenticios,—crustaceos vivos, peixe fresco, ou peixe sêco, salgado ou fumado, ou em conserva d'azeite, ou escabeche,—ao gosto dos clientes varios, africanos ou europeus, não faltariam mercados na costa oriental e occidental d'Africa, e respectivas povoações do interior, com auxilio de frígorificos ferro-viarios para peixe fresco.

E ainda no golpho de Guiné, e mesmo na Europa, apezar da concorrência da Mauritania e Canarias.

D) — Minas

—Preambulo:

A prospectação e lavra de minas de metaes, ou pedras preciosas, como forma d'empregar actividades e finança,—nem é, em regra, o melhor caminho para fundamentar prosperidades solidas, nem serve como instrumento adequado para criar sociedades sãs, e nações progressivas. E, em Angola, segundo a boa tradição portugueza, é uma Nação que nós pretendemos instaurar.

De facto, a faina mineira, nem traz beneficio moral, visto que afasta os indigenas da lida agricola, constructora e civilisadora; nem beneficio material, porque os seus lucros são, na maior parte, exportados para dividendos d'accionistas estranhos. E, para estes ultimos fins, alheios ao Paiz, a lavra mineira absorve ao seu serviço, trabalho e terrenos, que melhor applicação teriam no desenvolvimento da producção agricola.

A nossa propria historia patria, sem irmos mais longe, confirma estas verdades. Historiador consagrado da economia (J. Lucio d'Azevedo) escreve

com efeito, ou cita, acerca d'ouro e diamantes, expressões como estas:

«Não ha pessoa prudente que não confesse haver Deus permitido que se descubra nas minas tanto ouro, para castigar o Brazil». «Tão pouco o achado dos diamantes, riqueza mais rara que o ouro, trouxe prosperidade, e maior ventura aos moradores das Minas».

Uma auctoridade economista (Leroy-Beaulieu) citando outro escriptor da especialidade, diz que o valor dos diamantes trabalhados no Brazil, durante o periodo de uns 80 annos (entre 1740 e 1820), equivaliu apenas ao producto de 18 mezes, das plantações d'assucar e café, do mesmo Brazil. Estatística esta, que, mesmo na hypothese de não serem mathematicamente exactos os seus numeros, bem pôde servir, no entanto, d'illustração oportuna para os conceitos acima expressos. Tanto mais que, esses calculos estatísticos a respeito dos lucros effectivos da mineração, são, ainda, acaso, excedidos, a respeito de lucros cessantes, pelo facto de todo o terreno em volta das minas, n'um círculo enorme de centenas de kilometros, se ter tornado, então, n'um verdadeiro ermo, apenas habitado pelos mineiros, em virtude de rigorosas medidas de defeza, tendo em vista evitar o contrabando das pedras preciosas.

Em resumo, minas de diamantes ou ouro, representam a invasão dos aventureiros e dos financeiros, internacionaes, e sem patria, tanto uns, como outros, com prejuizo d'outras actividades economicas, mais uteis á formação do Paiz.

Tudo isto não significa que convenha á Companhia votar a um completo abandono o sector das iniciativas mineiras. Traduz apenas a opinião de que este objectivo deve considerar-se d'ordem secundaria, em relação ao objectivo agro-pecuario. Concentrando a Companhia sobre este ultimo o grosso principal dos seus esforços e recursos pecuniarios, e dotando aquelle apenas com as verbas mais moderadas, suficientes para manter um serviço technico d'investigação e prospectação, por intermedio do qual a Companhia se informe, e se habilite a passar, quando lhe convenha, da attitude da pesquisa, para os actos da exploração.

É certo, demais, que, alem do ouro e dos diamantes, outros productos mineiros existem, cuja lavoura pôde realmente envolver beneficio economico para a Província, como seja, por exemplo, a classe dos combustiveis mineraes. A continuação de buscas e trabalhos n'esse capitulo, merece, na verdade, attenção e solicitude.

E, d'um modo geral, o serviço de pesquisa mineira deve sempre ser guiado por bons estudos geologicos. Assim, no periodo 1907-09, a Província d'Angola manteve-se em contacto, por meio de correspondencia directa com o Serviço Geologico de Portugal, na pessoa do eminente geologo Paul Chofat, suizo de nascimento, mas portuguez dos melhores, pela dedicação, intelligencia e sabedoria, com que serviu a sua Patria adoptiva. Foi elle, durante muitos annos, o organisador methodico de todas as informações relativas á geologia d'Angola, sobre a qual escreveu trabalhos d'alto merito. Era a pessoa competente sem duvida. Por isso, na Província fizeram-se reconhecimentos segundo indicações que enviava. E as respostas da Província iam acompanhadas por remessas de fosseis, e d'exemplares petrographicos.

Este mesmo é o methodo que convem á Com-

panhia, que deve orientar o seu serviço de prospectação mineira na conformidade das instrucções, que lhe sejam fornecidas ou por consultas da «Assistencia Technica» do Governo,— ou por tecnico d'essa especialidade que a Companhia chame para a direcção d'esses serviços.

—1.º—Combustiveis mineraes

a) — *Petroleo* — No perfil geologico dos terrenos de Luanda para leste feito por Welwitsch, que foi naturalista da Província no periodo 1853-61,— vem indicado a pouca distancia da costa, o grés betuminoso do Libongo, grés negro pela circumstancia d'estar embebido com betume.

Assignala assim um facto anteriormente conhecido, visto que já em 1767,— diz Lopes de Lima,— o Governador Sousa Coutinho mandára, para a Metropole, amostra d'esse betume, sob o nome de breu.

A esses mesmos morros de Libongo (no Dande), a que mais tarde chamaram «fontes de petroleo», foi em missão, no anno de 1839, o Dr. Lang, nada adiantando no sentido petrolifero, o que aliás bem se explica visto que a era do petroleo industrial só começou 20 annos depois.

Welwitsch trouxe, dos mesmos morros de Libongo, exemplares de schisto betuminoso, com pequenos fosseis.

Manifestações betuminosas d'analogia especie se repetem em varios outros logares, quer mesmo nas circumvisinhanças do Dande, quer ao Norte (perto do rio Lilundo e Musserra), e ao Sul (Cuanza, Benguela Velha, varios pontos de Mossamedes, etc.)

Está provado, pois, que na Província existe um extenso jazigo de betume e d'asphalto (quer dizer, calcareo empregnado por substancia betuminosa) com os numerosos afloramentos acima apontados em breve.

Alem da presença d'esses hydrocarbonetos, outros factos se constatarem, como sejam: emanções de hydrocarbonetos gasosos inflamaveis atravez do betume semi-fluido, e sahindo tambem da agua sulfurosa e salgada, que aparece n'algumas fendas do calcareo, gases que surgem igualmente nas sondagens á boca do furo; círculos irisados á superficie das poças d'agua nos terrenos betuminosos; e cheiros característicos de petroleo.

O conjuncto d'estes indícios sugeriu a hypothese da existencia d'um lençol petrolifero em Angola. E, por consequencia, a successão de pesquisas, sondagens, analyses de calcareo betuminoso, e distillações do betume semi-fluido, que se teem feito, colhendo-se, d'essa distillação, oleos mineraes com densidade excessiva, ao que parece.

Recorrendo á sciencia, sabemos que o petroleo puro é uma mistura de carburetos d'hydrogenico, com densidades, pontos d'ebulição, e d'inflamação, diferentes, distinguindo-se oleos pesados, e oleos leves. Os pesados formam uma serie, que, pelo betume semi-fluido, chega ao asphalto, enquanto os leves teem por termo ultimo os gases inflamaveis. Comprehende-se a diferença e a sua importancia para o caso.

b) — *Carvão* — Veio, em 1898, para analyse, em Lisboa, a amostra d'um producto que, pelo aspecto,

(Continua na página 21)

DA IMPRENSA

IMPRENSA
ESTRAN-
GEIRA

TRANS

A prosperidade dos territórios da África oriental inglesa é devida quasi exclusivamente à sua agricultura.

Por esta razão nenhuma das colónias desta costa pode escapar às consequências da baixa das matérias primas em 1931.

Tanganika foi talvez de todas a mais seriamente atingida devido à sua grande produção de sisal. A maior parte dos domínios que empregavam os seus proventos anteriores, no seu desenvolvimento, viram-se obrigados a interromper os seus trabalhos. No entanto, em fins de Agosto de 1931, as exportações acusavam um acréscimo de 10 % sobre as de 1930 na mesma época, cujo total foi de 50.000 toneladas.

A exemplo do que sucedeu com todas as outras produções, as despesas relativas à produção de sisal, foram reduzidas ao mínimo, o que faz prever um lucro certo, a partir de £ 19 por tonelada, logo que os negócios retomem o seu curso normal.

A colheita do algodão em Tanganika foi absolutamente desanimadora. Enquanto a produção relativa a 1929 atingia 29.000 fardos, a de 1930 não foi além de 23.000 e calcula-se que a de 1931 atingirá apenas 14.000. As invasões de insectos, ratos, ratazanas e as doenças das cryptogamicas parasitárias, são as causas principais desta diminuição. Por seu turno os gafanhotos, também atacaram em parte as plantações algodoeiras.

O rendimento da colheita das oleaginosas foi de 8.000 toneladas em 1929, atingia 17.000 em 1930, para descer até 12.500 em 1931, segundo as estimativas feitas.

A produção de café de todas as origens, oscila entre 8.000 e 12.000 toneladas, sendo mais de três quartas partes da produção proveniente das plantações indígenas.

Em Tanganika, a população europeia é pequena. São por isso os indígenas que absorvem a maior parte dos produtos importados. Se, por virtude de colheitas fracas, os recursos deles diminuem, é evidente que o comércio de importação se há-de ressentir do facto. Durante os primeiros oito meses de 1931 as importações não conseguiram ir além de £ 1.787.521—, quando, em igual período de 1930, foram de £ 2.721.781..

Quanto às exportações elas atingiram um montante de £ 1.664.972 em 1930 enquanto que em 1931 se cifraram apenas em £ 1.019.881. Esta diminuição é assustadora. Os importadores procuram obter por menos dinheiro a mesma quantidade de mercadoria, pelo que se vêem naturalmente obrigados a sacrificar a sua qualidade: por este facto os produtos vendidos pelo Japão, foram introduzidos em maior quantidade em todos os territórios, dado o seu baixo preço.

O caminho de ferro de Tanganika sofreu com a redução de tráfico do Congo Belga, e a sua situação financeira é tão difícil, como a dos caminhos de ferro de Kenya e Uganda. As reservas financeiras de Tanganika estão quasi esgotadas pelo que será necessário o recurso a novos impostos; aumento de direitos alfandegários; contribuições indirectas e taxas sobre os vencimentos do funcionalismo.

Sob este ponto de vista, Uganda disfruta de melhor situação financeira, dispondo ainda de uma reserva de mais de um milhão de libras. O deficit de Kenya é de £ 200.000, pelo que as suas reservas se verão reduzidas a £ 310.000. O algodão é a principal produção da Uganda. Ora, prevendo-se uma colheita de 250.000 fardos, para 1931, foram estes números reduzidos para 200.000, em virtude das chuvas abundantes e das doenças que grassaram por sobre as plantações, durante o mês de Dezembro. Felizmente para a colónia, a superfície cultivada achava-se grandemente acres-

cida, graças à política prudente e sábia do Governo visando a um maior desenvolvimento da produção. Os governos de Kenya e Tanganika, com o fim de intensificar a produção indígena, acabam de tomar idênticas medidas.

Zanzibar ocupa um lugar cada vez mais inferior na situação económica da África Oriental. As experiências de aperfeiçoamentos e extensão da cultura dos coqueiros não têm sido satisfatórias, continuando por isso as especiarias a serem a principal exploração agrícola da colónia. Em Julho último a colheita elevou-se a 66.547 fardos; é a mais fraca que se tem registado. No começo do mês de Agosto os stocks disponíveis eram de 37.000 fardos, isto é, numa quantidade inferior em mais de 50 % aos do ano anterior, na mesma época. Os preços diminuíram progressivamente durante toda a gestação e Madagascar vai tomando um lugar cada vez mais importante no mercado. A colheita de 1931-1932 está calculada em 200.000 ou 250.000 fardos embora as colações se mantenham sem alteração. A baixa de preço que afectou a copra trouxe como consequência um maior consumo local, da amendoa de côco.

O reduzido poder de compra dos indígenas atinge o comércio de importação; no entanto, as condições de crédito, melhoraram.

Os stocks de mercadorias importadas são fracos excepção feita das de proveniência japonesa. No que respeita às importações de tecidos de algodão, os japoneses deram um grande passo. Com efeito, se para os primeiros seis meses de 1930 os valores das importações de origem inglesa e japonesa, se cifram respectivamente em 148.000 e 7.660 rupias; em igual período de 1931, registaram-se os seguintes valores para as importações; Grã-Bretanha 39.588 rupias, Japão 19.195. A parte da Holanda tornou-se quasi nula.

Regista-se em cada ano uma diminuição de tráfico com o Continente e enquanto Zanzibar não abandonar a rupia para se ligar à União alfandegária continental, ir-se-há agravando a sua situação económica.

Para a Kenya, as perspectivas do ano são difíceis de estabelecer. Calcula-se que a sua exportação não poderá ir além de 200.000 sacas de milho, muito embora a cultura do trigo continue a desenvolver-se em toda a colónia. A colheita foi de 9.000 toneladas, isto é, fraca, mas de muito boa qualidade; o futuro desta produção porém parece ser brilhante.

O sisal deve ficar numa posição bastante firme e os produtores procuram estabilisar o mercado pela criação de um organismo de distribuição que se ocuparia do total da colheita.

Nos dez primeiros meses de 1931 as exportações de Kenya, elevaram-se a £ 1.925.111 contra £ 2.843.873 em igual período de 1930. Esta baixa provem da redução sofrida pelas exportações de milho, trigo e café. Prevê-se que em 1932 elas deverão cifrar-se em £ 1.500.000 pouco mais ou menos.

Durante os nove primeiros meses de 1931 as importações de Kenya e Uganda elevaram-se a £ 5.544.076 contra £ 4.784.395 durante período correspondente em 1930.

Não podem as colónias inglesas da África Oriental fazer outra coisa que não se seja o esforçoarem-se por manter a sua situação actual que é bem precária como acabamos de ver. O recurso ao contribuinte atingiu o seu limite máximo e elas ver-se-ão obrigadas a recorrer a peçadas compressões de despesas nos serviços públicos, se esta situação se mantém e não surge qualquer sintoma de melhoria.



PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

EM todos os tempos e em todos os lugares foi sempre a força pública—o exercito de terra e mar—o escudo e a suprema garantia da independência nacional.

Negá-lo seria negar a própria evidência. Tudo quanto se faça para o elevar no conceito público e dar-lhe a eficiência necessária, é trabalhar para o nosso engrandecimento e para a nossa valorização, tanto interna como externa.

Não pode haver pátria progressiva e respeitada, carecendo de quem a defenda contra todos os riscos e ameaças, partam donde partirem e venham donde vierem.

Nas lutas contra o estrangeiro invasor ou contra as raças exóticas e atrasadas que queremos trazer ao nosso convívio e civilização, mas a que se opõe a sua idiosincracia e atavismo, é sempre o exercito que diz a última palavra pela boca dos canhões, e se sujeita aos mais rudes e pesados sacrificios, velando enquanto nós dormimos, e selando tantas vezes, com o seu sangue generoso, uma vitória e um predomínio que doutra forma seria pouco menos que impossível.

Os romanos sabiam bem o que faziam, quando, nos momentos de maior perigo, para aplacar a cólera dos deuses, lhe sacrificavam um soldado...

Não há exercito, pequeno e impotente, desde que lhe proporcionem os meios de defeza e se lhe saiba gravar bem no fundo do coração o sagrado amor da Pátria, que não é uma palavra vã, como muitos teóricos modernos querem fazer crer.

Os exemplos abundam para que seja preciso estar a nomeá-los.

Mas como os processos de que tem de se servir para bem desempenhar a sua função, quer na metrópole, quer nas colónias, diferem em muitos pontos, e alguns deles capitais, vamos hoje dar uma ideia do que os franceses entendem que esse exercito deve ser quando é encarregado da conquista occupação e administração das colónias.

Em 1923, dizia o célebre General Mangin, o heroico defensor de Verdun, tão prematuramente arrebatado aos seus e à sua Pátria que o estremeça, que o *Manual Colonial* da sua autoria tinha por fim dar aos officiaes e homens de tropa meios de adaptar a sua formação profissional ás circunstâncias particulares em que fossem colocados.

E acrescentava que até então nenhum regulamento, nenhuma instrução official, a partir da grande guerra, que havia desorganizado os quadros, tinham sido redigidas no sentido de dar ao pessoal militar os conselhos e informações relativos aos empregos diversos que, de ora-avante, lhe são confiados em França e no ultramar.

As tradições orais que os antigos, antes da guerra transmitiam aos seus jovens camareadas, tinham-se perdido em parte.

Era, pois, para fixar e vulgarizar os ensinamentos de uma longa experiência que o *Manual Colonial* fôra redigido.

Este *Manual* divide-se em duas partes:

A primeira expõe o que pode ser considerado como applicável em todo o tempo e em qualquer país, à preparação, execução e desenlace de uma expedição longínqua, tanto nas antigas colónias como sobre os teatros de operações exteriores.

Esta primeira parte divide-se em 7 títulos ou capítulos, cujas designações indicam sufficientemente as matérias de que se compõem:

1.º Pessoal e material; 2.º elementos e pesquisas de informações; 3.º das operações; 4.º transportes e serviços; 5.º hygiene colonial e medicina usual; 6.º construções, obras defensivas, hidrúlica agrícola, vias de comunicação; 7.º agricultura e criação de gados.

Os títulos 5.º, 6.º e 7.º e os anexos são applicáveis a todas as colónias, e não haverá qualquer desenvolvimento especial nos estudos dos diversos grupos do império colonial francês.

A segunda parte mostra a applicação, nos diversos grupos

dêsse domínio colonial, dos princípios gerais indicados na primeira parte.

Compreende três fascículos:

1.º—África do Norte e Levante;
2.º—Indo-China, Madagascar e estabelecimentos do Pacifico;
3.º—África ocidental, África equatorial, Antilhas e Guiana.
Cada um d'estes fascículos, mas principalmente o 2.º, dá informações precisas sobre a geografia, o clima, os factores morais e políticos, que determinam a mortalidade dos habitantes.

Em resumo, o *Manual Colonial* não é exclusivamente militar. As noções gerais e os dados práticos que contém podem interessar todos os que vivem em possessões longínquas.

O título segundo da primeira parte que se refere aos elementos e colheita de informações é um dos mais importantes.

O seu principal objecto é dar aos militares os elementos necessários para cumprir, sem praticar grandes erros, o papel político que lhes pode ser confiado, quer nas regiões, ainda imperfeitamente pacificadas, quer no curso de uma expedição, algumas vezes mesmo desde o desembarque.

Seja qual fôr o país em que se opere, qualquer que seja o fim da operação, é indispensável conhecer o meio físico e humano. O título 2.º, depois de ter exposto as diferenças capitais entre as possessões francesas da Ásia e da África, estuda os caracteres gerais do terreno e do clima, a sua repercussão

sobre a actividade militar, o meio étnico nas suas relações com o meio geográfico, a organização política e social e a sua influência sobre a aptidão das populações a resistir á conquista.

Expõe em continuação os princípios da política indígena, fundada, sobre o respeito das crenças, a protecção dos bens e das pessoas, o emprego das autoridades locais e a difusão da lingua; enuncia, enfim, os diversos processos de informação.

Em anexo, acrescenta informações sobre o funcionamento do serviço geográfico. Não sabemos que diplomatas especiais tenham sido ultimamente decretados para uso das nossas tropas no ultramar. Queremos crer que esses diplomatas não estarão em atraso, em relação dos das colónias visinhas limitrofes das nossas.

É provável até, como em muitos outros assuntos coloniais acontece, que estejam em evidente progresso e adiantamento sobre elas. Mas, se tal se não der, se realmente o nosso exercito ultramarino carece dos regulamentos a que alude com tanta precisão e competência o General Mangin, que essas providências ou regulamentos se não façam esperar muito.

Não é possível, e deve ser proibido expressamente, que vão occupar lugares de direcção e de comando nas colónias, pessoas completamente ignorantes do que por lá se passa e é de urgente necessidade conhecer.

Ora, andando-se a tratar agora, como dizem os jornais, da compra de um edificio para a conveniente instalação da Escola Superior Colonial, devendo ao mesmo tempo proceder-se à sua reforma, seria de toda a conveniência que o Senhor Ministro das Colónias, criasse, alguma ou algumas cadeiras, que fossem exclusivas para officiaes e até officiaes inferiores, que não de constituir os quadros do nosso glorioso exercito ultramarino.

Assim como há cursos especiais e privativos para agrónomos, médicos, funcionalismo administrativo, etc., não é demais que haja uma ou mais cadeiras, onde, a par de certos conhecimentos gerais, que ninguém deve ignorar, e muito menos um official, se aprendam as linguas indígenas, etc., e se ensine a tática e estratégia especial necessárias para comandar individuos de uma mentalidade quasi privativa.

PIRES AVELANOSO

PORTUGAL COLONIAL

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês **As colónias portuguesas e a crise**

NÃO são apenas as nossas colónias que estão em crise como supõem muitos daqueles que simploriamente atribuem às deficiências de governo todos os males de que sofremos. Estão em crise as colónias de todos os países coloniais, como estão as metrópoles.

É se é certo que o mal do nosso vizinho não compensa o nosso, é justo e conveniente olharmos com clareza para a nossa posição relativa—sobretudo se do exame que fizermos pudermos concluir que somos, entre todos, daqueles que nos encontramos menos mal.

Não é uma nota de optimismo que pretendo dar—dêsse optimismo cego e louco que sendo, a-pesar-de tudo, uma força, não conduz ao bom senso. Pretendo apenas negar a legitimidade e a justiça dum pessimismo que a má língua nacional se compraz em propagar com negras côres.

De resto a paisagem da crise mundial, no mundo colonial, é clara. Basta olharmos um pouco para mais além do círculo estreito em que os nossos interesses se debatem para verificarmos que não é, positivamente, sobre as colónias portuguesas que pairam sombras mais espessas.

Se meditarmos um momento sobre a gravíssima crise económica e política que assola o Império inglês

—crise económica dum país colonial que fez da razão económica, quer com Cromwell em 1651, quer com — Disraeli no século XIX, o próprio fundamento, essência e espírito da sua colonização; se observarmos o que se passa nas colónias francesas, desde essa complicada Indochina até aos protectorados e possessões africanas; se considerarmos a fora difícil que a Holanda atravessa na sua famosa colónia do oriente; se, enfim, cotejarmos a situação de Angola plenamente ocupada, absolutamente pacificada, apta a lançar-se desembaraçadamente na primeira aberta que a crise mundial lhe consentir, com esse Congo belga onde se agitam perigos bolchevistas, onde os indígenas ainda se revoltam, onde existe também uma crise de autoridade e, onde, finalmente, a crise económica assumiu proporções que em muitos casos não permitem esperar qualquer solução razoável; se, em boa razão e bom julgamento atentarmos em tudo isto não podemos deixar de concluir—com desvanecimento porque o facto está ligado ao espírito e à forma da nossa colonização—que é ainda o Império português aquele que menos se pode lastimar, aquele que com mais fundada esperança pode confiar em melhores dias e mais luminoso porvir.

H. G.

Notas do mês

Ordem do Império Colonial

Pela pasta das Colónias foi publicado o seguinte decreto:

Artigo 1.º É criada a Ordem do Império Colonial, destinada a premiar e galardoar os serviços relevantes prestados às colónias por indivíduos ou corporações nacionais e estrangeiros, tanto na ordem pública civil ou militar como na ordem privada.

Art. 2.º O Presidente da República é o Grão-Mestre e presidente do Conselho da Ordem, na qual haverá os seguintes graus: Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro.

a) O número dos dignitários é limitado dentro do seguinte quadro, para cidadãos portugueses: Grã-Cruz, dez; Grandes-Oficiais, vinte; Comendadores, quarenta; Oficiais, oitenta e Cavaleiros, cem.

Art. 3.º Aos indivíduos de nacionalidade estrangeira e às corporações, as concessões dos diversos graus da Ordem serão em número indeterminado e honorários.

Art. 4.º Haverá um Conselho da Ordem, de nomeação do Presidente da República, sob proposta do Ministro das Colónias, constituído por:

a) Chanceler, Grã-Cruz da Ordem, vice-presidente;

b) Oito membros da Ordem, servindo de secretário o de menor grau, e de preferência com residência em Lisboa.

§ único. O Conselho poderá ser renovado todos os quatro anos de metade dos seus vogais.

Art. 5.º O Conselho terá nas suas sessões, convocadas pelo Chanceler, na Presidência da República, Chancelaria das Ordens Portuguesas, sendo a sua missão o disposto no art. 5.º do Regulamento das Ordens Portuguesas, em vigor, de 30 de Janeiro de 1929 e alterações da alínea d) do mesmo artigo prescrita no art. 1.º do decreto n.º 19.380, de 20 de Fevereiro de 1930.

Art. 6.º O serviço desta Ordem fica a cargo da Chancelaria das Ordens Portuguesas, conforme o prescrito para as demais Ordens no artigo 1.º do decreto n.º 16.449 de 30 de Janeiro de 1929.

Art. 7.º Os graus são conferidos pelo Presidente da República, sob proposta do Ministro das Colónias, e com aprovação do Conselho da Ordem.

Art. 8.º São mantidas a respeito desta Ordem as disposições do art. 44.º e § único do Regulamento das Ordens Portuguesas. § único. O Ministro das Colónias, quando presente em qual-

quer das colónias, poderá, por delegação expressa do Presidente da República, usar da iniciativa que a este é consignada no artigo anterior, sendo-lhe igualmente atribuída a faculdade que ao Conselho de Ministros é concedida no § 4.º do art. 4.º do Regulamento das Ordens Portuguesas no que diz respeito a isenção do imposto de registo, quando a imposição das insígnias seja feita em actos solenes.

Art. 9.º As concessões de quaisquer graus da Ordem a indivíduos ou corporações nacionais são sujeitas ao pagamento do imposto de registo a que se refere o art. 5.º do Regulamento das Ordens Portuguesas, e taxa fixa a que se refere o art. 6.º do mesmo Regulamento, e em conformidade com o prescrito também no seu art. 4.º e § 1.º, § 2.º e § 3.º

Art. 10.º Os graus da Ordem serão conferidos, tendo em atenção o seguinte, no que diz respeito a categorias:

a) Grã-Cruz, a ministros ou antigos ministros, por virtude de relevantes serviços prestados ao Império Colonial, e por promoção dos Grandes Officiais;

b) Grande Oficial, a Governadores Gerais, às entidades referidas na alínea anterior e Directores Gerais, Comandantes Superiores de Forças Coloniais, ou a pessoas que com grande distinção tenham desempenhado estes cargos, e ainda por promoção dos Comendadores;

c) Comendador, a Governadores de Colónia, Directores de Serviço das Colónias, de Governo Geral, Chefes de departamento ou Chefes de Estado Maior, ou pessoas que tenham categoria correspondente e por promoção dos Officiais da Ordem;

d) Oficial e Cavaleiro, a civis ou militares, segundo a sua categoria e importância dos serviços prestados.

Art. 11.º Os decretos e os diplomas de concessão dos diversos graus da Ordem, em harmonia com o disposto no art. 9.º do decreto n.º 16.449, serão expedidos pela Presidência da República, Chancelaria das Ordens Portuguesas, ficando aqueles arquivados na mesma Chancelaria.

Art. 12.º Aos dignitários da Ordem será dado nas colónias, em todas as cerimónias públicas e actos solenes oficiais, lugar de relevo junto das principais autoridades. Aos Grã-Cruz, Grandes Officiais e Comendadores serão, quando fazendo uso das insígnias da Ordem nas colónias, prestadas as honras militares que competem respectivamente aos oficiais gerais, oficiais superiores e capitães, se os condecorados não tiverem outras superiores.

§ único. No caso de se encontrarem em extrema necessidade os dignitários da Ordem poderão requerer ao Conselho da Ordem que lhes arbitre uma pensão que garanta subsistência decente. Provada a extrema necessidade, o Conselho arbitrará uma pensão que será proposta pelo Ministro das Colónias em Conselho de Ministros e paga por rateio entre as colónias.

Art. 13.º O distintivo da Ordem é uma Cruz de Cristo perfilada a ouro, tendo sobreposta a esfera armilar e o Escudo Nacional, conforme a figura 1.

§ único. As insígnias dos diversos graus são: Para cavaleiro—Cruz de Cristo, tendo sobreposta a esfera armilar e o Escudo Nacional, perfilada a prata, pendente de fita com fivela dourada; para Oficial—o distintivo suspenso de fita com fivela dourada e roseta da cor da fita de 0,01 de diâmetro; para Comendador—o distintivo suspenso de fita pendente do pescoço, e placa de prata colocada no lado esquerdo do peito; para Grande Oficial—as mesmas insígnias do Comendador, sendo a placa dourada; para Grã-Cruz—banda de seda da cor da Ordem, posta a tiracolo da direita para a esquerda, tendo pendente a insígnia, e ao peito, do lado esquerdo, a placa de Grande Oficial.

A fita será vermelha, orlada de preto e com uma lista preta ao centro, lista e orlas com 0,002 de largura; na banda as mesmas cores nas mesmas proporções.

Art. 14.º Com o traje civil é permitido o uso dum laço de fita das cores da Ordem para os Cavaleiros, e para os dignitários a roseta correspondente ao seu grau, de 0,014 para os Comendadores; a mesma roseta para os Grandes Officiais e Grã-Cruzes, sendo-lhe sobreposta uma miniatura da Ordem perfilada a prata para os primeiros e a ouro para os segundos.

Art. 15.º O Regulamento das Ordens Portuguesas é aplicável a esta Ordem em todas as disposições que não sejam alteradas pelo presente decreto.

Art. 16.º Enquanto não fôr constituído o Conselho da Ordem do Império Colonial os dignitários desta serão nomeados livremente pelo Presidente da República, sob proposta da Ministro das Colónias.

Art. 17.º Para o serviço de expediente e aquisição das insígnias, a cargo da Secretaria Geral do Ministério das Colónias, será inscrita no orçamento das Colónias em vigor, e rateada por todas, a verba de trinta contos.

Um artigo infeliz

Referimo-nos no nosso último número a um artigo do *Diário de Notícias* «As colónias que chamamos nossas...» no qual se atribua ao capital e esforço de estrangeiros tudo o que de bom há feito em Angola. Artigo injusto, falso e imprudente deu, naturalmente, como resultado ter certa imprensa estrangeira maneado a declaração a seu contento.

Assim o *Essor Colonial* de 15 de Março e a *Axione Coloniale*, de Roma não perderam a ocasião de pôr as palavras do *Diário de Notícias* em relevo—agradecendo-lhe naturalmente o serviço que lhes prestou... contra o País.

Saibam todavia esses jornais que nem o *Diário de Notícias* nem o seu infeliz artigo reflectem ou comandam a opinião pública portuguesa. Os estrangeiros só têm feito nas nossas colónias pura exploração. O que lá existe de sólido, de progressivo, de moderno e de grandioso deve-se apenas ao capital português, ao nosso esforço secular e ao patriotismo de colonos com que as colónias estrangeiras de todo o mundo teriam que aprender.

E só assim está certo.

Povoamento Europeu nas Colónias

Realiza na terça feira 19 na Sociedade de Geografia uma conferência sobre «Um Critério de Povoamento Europeu nas Colónias Portuguesas», o nosso director sr. Henrique Galvão.

Diversas

No Ministério das Colónias foram recebidos os projectos dos orçamentos respeitantes a Cabo Verde e a S. Tomé e Príncipe, sendo as receitas do primeiro calculadas em 20.435.250\$00 e as despesas em 19.728.648\$07, e as do segundo em 10.628.762\$58 e as despesas em 10.603.292\$28.

• Vai ser determinado que os funcionários naturais das respectivas colónias passem a receber os mesmos vencimentos que os funcionários europeus, quando exerçam funções da mesma categoria.

• Foram enviadas ao Ministério das Colónias as estatísticas dos Correios e Telégrafos de Angola, referentes aos anos de 1929 e 1930.

• O Ministério da Agricultura enviou ao das Colónias, questionários sobre o estudo biológico dos gafanhotos, que os técnicos coloniais têm de responder relativamente aos estudos a que já procederam.

• O governo da União Sul-Africana resolveu, recentemente, aplicar uma taxa "antidumping", a vários produtos originários de países de moeda depreciada, entre os quais se achava incluída a colónia de Moçambique. Porém, em face duma reclamação formulada sobre o assunto pelo governo de Moçambique, o governo da União resolveu abolir aquele direito para as mercadorias produzidas na citada colónia portuguesa.

Angola

Vão ser iniciadas brevemente em Angola várias obras de fomento, especialmente as que dizem respeito à Agricultura Pecuária, e explorações das riquezas do sub-solo, nas diferentes manifestações de produção, comércio e indústria, dando-se um grande incremento à cultura indígena, sendo a direcção dos Serviços Agrícolas da colónia incumbida de promover esse desenvolvimento por forma a obter-se a produção em melhores condições de preço, para a conquista de novos mercados.

Em Angola será restabelecido o Crédito Agrícola, que devidamente acautelado dê aos colonos agricultores e aos demais que cultivam a terra as precisas facilidades para darem execução aos seus empreendimentos.

• Foi extinta a circunscrição civil do Humbe, sendo os seus postos anexados à circunscrição civil dos Gambos.

• A Rodésia do Sul suspendeu todas as restrições sobre a importação da prata.

• Retiniu o Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias, a fim de tratar do prolongamento do Caminho de Ferro de Malange, das obras do porto do Lobito, do abastecimento da água à cidade de Luanda, da reorganização de serviços de obras públicas das colónias e respectivo pessoal, etc.

• Vão ser novamente revistas as tarifas dos caminhos de ferro de Angola, por forma a aumentar o tráfego e proteger a produção agrícola e o fomento das regiões servidas pelo Caminho de Ferro de Malange.

• Foi publicado, na fôlha oficial, o decreto que cria, na colónia de Angola, a comarca de Nova Lisboa e extingue a de Quanza-Norte.

❖ Foi extinta a circunscrição civil do Alto Cunene, sendo os postos anexados às circunscrições da Chibia e das Gangulas e à Intendência de Fronteira do Cubango.

❖ Vai ser submetido à apreciação do Governo central o projecto do Código Administrativo da colónia de Angola, mandado elaborar pelo respectivo governador.

Moçambique

Parte para Moçambique no dia 15 do corrente a missão que vai proceder, juntamente com a missão inglesa, à revisão da fronteira que separa aquela colónia da Rodésia do Sul.

❖ Ao governo da colónia de Moçambique foi notificado pela União Sul-Africana que, em vista de haver muitos indígenas sul-africanos sem trabalho, ia ser reduzido o número de indígenas recrutados naquela colónia para as minas do Rand.

❖ Na Direcção de Cartografia do Ministério das Colónias está sendo organizada uma missão destinada a Moçambique para proceder à triangulação e cartografia da colónia.

❖ Foi aprovada a proposta para não pagarem direitos, ficando isentos das formalidades de despacho, à entrada e saída, pelas fronteiras da colónia de Moçambique, de pequenas quantidades de produtos conduzidos pelos indígenas.

❖ Foi aberto concurso até 31 do corrente para apresentação de trabalhos sobre estatísticas, na colónia de Moçambique, havendo dois prémios: um de 225\$00, ouro, e outro de 112\$50, também ouro, que serão conferidos aos melhores trabalhos ou dissertação, escritos em português, sobre qualquer assunto de interesse relativo à estatística.

❖ A Câmara Municipal de Lourenço Marques resolveu reforçar a verba do próximo orçamento ordinário com 100.000\$00 para custear os trabalhos do levantamento aéreo da planta cadastral da cidade e seus subúrbios. A Air Survey Co., Ltd., de Londres, ofereceu-se já para executar o trabalho por 685 libras esterlinas, à razão de 1 shilling por are, sendo a área da cidade de Lourenço Marques de 3.223 ares e a dos subúrbios de 11.420.

❖ O Banco Nacional Ultramarino vai adquirir dois milhões de cédulas de um escudo para a colónia de Moçambique, a fim de serem retiradas da circulação aquelas que se encontram em mau estado de conservação.

❖ Segundo comunicação recebida de Moçambique, com o voto do conselho do governo, foi suspenso, provisoriamente, o lançamento da cobrança da contribuição predial progressiva que incide sobre os terrenos concedidos a fins agrícolas que se acham em exploração regular e contínua, qualquer que seja a área aproveitada, medida esta tomada em virtude da grande crise que a agricultura naquela colónia presentemente atravessa.

Guiné

Foi autorizada a circulação de notas emitidas para a Guiné pelo Banco Ultramarino, nas ilhas do arquipélago de Cabo Verde.

❖ Foi publicado um diploma, pelo governo da Guiné, transferindo para a caixa de aposentações e pensões às famílias dos funcionários públicos daquela colónia o exclusivo da lotaria que fôra concedido à Câmara de Bolama, o qual passará para a comissão urbana da mesma cidade, quando aquela instituição não proceda regularmente às extracções. O diploma estatui que 75 por cento dos lucros líquidos revertam para a Caixa e 25 por cento para a Comissão Municipal de Bolama.

Macau

O sr. Ministro das Colónias, aprovou o Código de Estradas proposto pelo governo de Macau.

❖ O governo de Macau pediu que seja aberto um crédito de 4.000 patacas para vários melhoramentos nos serviços de saúde.

❖ O Leal Senado de Macau telegrafou ao sr. Ministro das Colónias pedindo-lhe para manter a subvenção ao funcionalismo da colónia, pois a vida, longe de ter melhorado, agravou-se extraordinariamente em consequência dos acontecimentos do Norte da China.

S. Tomé e Príncipe

Vai ser publicado um diploma regulando o exercício do comércio em S. Tomé e Príncipe.

❖ O governador de S. Tomé enviou ao Ministério das Colónias a estatística referente aos serviços de instrução pública naquela colónia.

Cabo Verde

Deu entrada no Ministério das Colónias a importância de 27.988\$18, relativa ao pagamento das taxas de telegramas de trânsito por S. Vicente do Cabo Verde, por The Western Telegraph Company, Limitada.

Índia

O governo da Índia propôs para ser criado em Mormugão um posto sanitário dirigido por um médico.

❖ Vão ser estabelecidos prémios pecuniários anuais para as

culturas do côco, de areca e aos maiores produtores e exportadores de sal na Índia portuguesa.

❖ Além de outras obras, foram também suspensas as que se referem ao projecto de electrização do porto de Mormugão.

ESTRANGEIRO

Mercados estrangeiros para os produtos coloniais portugueses

O mercado grego

Trigo—As importações do trigo constituem, só por si, 1/3 das importações totais da Grécia. Em 1929 as importações globais da Grécia foram de 4.410 milhões de francos nas quais o trigo em grão e em farinha alcançaram 937 milhões. Em 1930 sobre uma importação total de 3.618 milhões 710 foram ocupados pelo trigo. Quer dizer: Em 1930 foram importados 5.750.000 quintais de trigo em grão e 510.000 quintais de farinha e sêneas.

Cevada—As importações foram, em 1930, de 80.000 quintais.

Trigo—70.000 quintais, em 1930.

Arroz—Produto de grande consumo na Grécia. 245.000 quintais importados em 1930.

Feijão—168.000 quintais em 1930.

Fava—8.145 quintais em 1930.

Café—Produto de enorme consumo. Importaram-se em 1930 58.377 quintais.

Chá—A importação total foi de 3.040.

Cacau—O desenvolvimento da indústria de chocolates fez aumentar consideravelmente a importação de cacau em grão. Em 1930 foram importados 10.150 quintais, na sua maioria de origem africana.

Oleaginosas e óleos vegetais—O facto de ser a Grécia país exportador de azeite de oliveira não garante aos óleos vegetais de uso alimentar (palma, coco e amendoim) senão um mercado muito fraco. As importações de óleo de coco não vão além de 500 quintais por ano, sendo ainda inferiores às de óleo de palma e amendoim. Em contra partida a Grécia importa para as suas necessidades industriais uma quantidade importante de óleos vegetais (linho, algodão, ricino, etc.) Estas importações que vão a cerca de 50.000 quintais tendem a aumentar. O mesmo sucede com a importação das oleaginosas seguintes que em 1930 alcançaram:

Linhaça.....	35.000 quintais
Algodão.....	73.000 "
Gergelim.....	12.000 "
Coco.....	20.000 "

Amendoim—Importado em grande escala para alimentação. A importação total, em 1930, foi de 6.760 quintais.

Frutos exóticos—São raros os frutos exóticos importados na Grécia. Mas outros há nas nossas colónias que poderiam concorrer ao mercado grego, tais como laranjas (16.000 quintais em 1930), tangerinas (550), limões (15.000). Entre a importação de frutos exóticos só as tâmaras oferecem interesse. Foram importados, em 1930, 10.000 quintais.

Peles e couros—A produção das fábricas de cortumes gregos, que excede 60.000 quintais, basta para as necessidades do país em peles e couros preparados. Mas, se o mercado grego não interessa para o fornecimento de peles e couros preparados, o mesmo não sucede com as peles em bruto que a Grécia compra em larga escala. As fábricas de cortumes da Grécia, necessitam, anualmente, de cerca de 750.000 peles que só em parte (180.000) são fornecidos pelo rebanho nacional. O complemento é importado. Assim em 1930 foram importados 48.712 quintais de peles em bruto contra 3.066 apenas de peles preparadas.

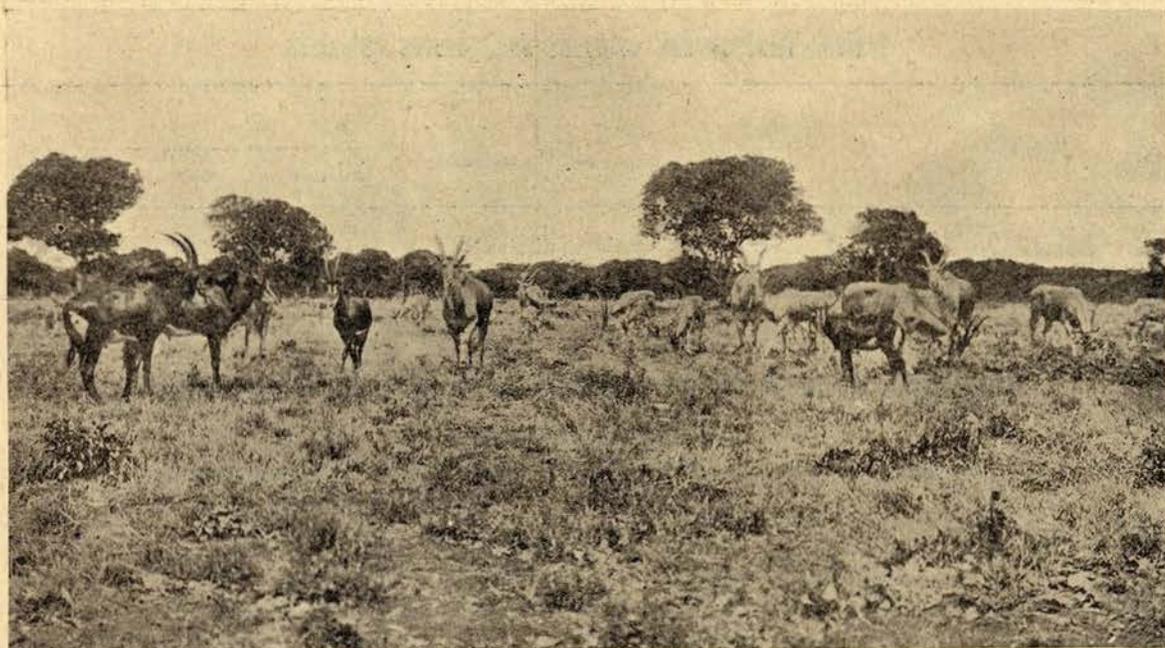
Produtos para a indústria textil—Avalia-se a produção da indústria textil grega, em 1930, em cerca de 630 milhões de francos. Esta indústria está muito longe de encontrar no país as quantidades de matéria prima de que precisa, pois importa anualmente:

Algodão.....	60.000 quintais
Fio de algodão....	7.000 "
Lã.....	13.000 "
Canhamo.....	20.000 "
Juta.....	13.000 "
Crina vegetal.....	6.000 "

Do que se expõe conclui-se que o mercado grego é de molde a interessar vivamente os nossos produtores coloniais.

Seria interessante que estes procurassem a colaboração de agentes importadores especializados nos produtos coloniais, ao corrente dos movimentos destes produtos e das exigências do mercado.

Moçambique



Confraternização de várias espécies

Livros e publicações

Recebemos:

Traité D'Asphaltage, por *Octave Hubert* (Director Técnico da Companhia Greco).

É um livro técnico que vem trazer um subsídio valiosíssimo ao problema dos transportes. Novas necessidades exigem novas estradas. Tudo se modificou para uma vida económica mais intensa, mais variada, com outros caracteres. A estrada triunfando nitidamente sobre a linha férrea é uma preocupação dos técnicos e dos economistas. Uns e outros devem adquirir para as suas bibliotecas o magnífico livro de Octave Hubert.

Brevemente lhe faremos referências mais detalhadas.

se consumisse somente café das nossas colónias, desde o Moka de Timor até ao Cazengo.

Mas a última palavra em reclame são os 50.000 sacos de café com que foram comprados os aviões do General Balbo após a travessia do Atlântico.

É o maior negócio de permuta que se tem feito no mundo. Que reclame para o café e para Mussolini, quando decretar a semana do café como decretou a semana do arroz.

¿Quando é que em Portugal se decretará a semana de... preferir o que é nosso, ao que é dos outros?

O CAFÉ NAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

(Conclusão da página 6)

O primeiro café foi aberto na Europa, em Londres, em 1652. Entre nós o uso do café está muito generalizado, principalmente nas cidades e nos povos da beira-mar. Nas províncias do norte do País, ainda o café é pouco usado, principalmente entre os lavradores e povos das aldeias.

A propaganda em Portugal tem sido feita principalmente nos cafés do Brasil. Os cafés de Angola são vulgarmente considerados entre nós como inferiores, quando não é assim. Angola tem cafés que podem rivalizar com os do Brasil. O Brasil tem aproveitado todas as ocasiões para fazer a propaganda do seu café, chegando a subsidiar estabelecimentos de venda, como as chamadas Brasileiras em Lisboa e outras cidades do País.

Numa conferência que fiz na Sociedade de Geografia de Lisboa sobre a propaganda colonial na exposição de Sevilha, tive ocasião de me referir à forma como o Brasil no seu pavilhão fazia reclame ao café, apresentando-o desde a árvore em flor e em cereja até à chavena servida gratuitamente ao público. Em Lisboa nem sequer ainda temos um café com o nome de Angola, aonde

Projecto de Fomento Geral d'Angola

(Conclusão da página 15)

poderia acaso tomar-se por carvão de pedra. O químico analysta (Jacinto Pedro Gomes) fez-lhe a classificação, e propoz-lhe nome especial, por não lhe encontrar concordância com outros mineraes conhecidos, e somente analogia com aquelle que se designa por «albertite».

«Libolite» foi o nome que lhe ficou, derivado de «Libôlo» (margem esquerda do baixo-Cuanza), nome do lugar d'aflorentamento.

A «libolite», todavia, — afirmou a analyse, — não é carvão de pedra, nem linhite. É um hydrocarboneto analogo á «albertite» (ou «Albert Coal»), que, por sua parte, é um mineral semelhante ao asphalto. Em resumo, «libolite» é um combustível *asphalto-carbonifero*, talvez aproveitavel em gasogeneos espeieaes. Aparece, não só a Sul, mas tambem a Norte, do baixo-Cuanza, para o lado da bacia do Zenza, — e em mais logares.

ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1929	1930	1931		1932
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Fevereiro	Fevereiro
LISBOA (cidade)	100	2.630	1.726	1.302	1.272	1.800

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Janeiro de 1932

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Diaheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Séde).....	102.056	19.882.183	—	12.486.888	10.873.342	2.477.372
Banco do Comércio e Ultramar.	375.110	51.882	1.102.410	3.104.385	1.490.083	2.572.591
Banco N. Ultramarino (Séde)..	4.874.188	411.298	63.576.308	93.144.706	22.663.675	54.081.778

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos produtos Coloniais na praça de Lisboa no mês de Fevereiro de 1932

MERCADORIAS	Em 10 de Março		Em 20 de Março		Em 30 de Março		Unidades
	Compra	Venda	Compra	Venda	Compra	Venda	
Cacau de S. Tomé fino.....	—	—	—	—	—	—	15 q.
Café Cazengo.....	—	83\$00	—	83\$00	74\$50	75\$50	»
Milho Luanda e Benguela.....	—	—	\$65	—	\$62	\$68	1 quilo
Milho da Beira no estado.....	—	—	—	—	—	—	»
Algodão Angola.....	6\$30	—	6\$00	—	5\$80	—	»
Coconote Angola.....	21\$50	—	21\$50	—	—	—	15 q.
Coconote S. Tomé.....	22\$50	—	22\$50	—	—	—	»
Oleo de palma Zaire.....	30\$00	—	30\$00	—	28\$00	—	»
Oleo de palma S. Tomé.....	33\$00	—	33\$00	—	31\$00	—	»
Copra S. Tomé.....	23\$50	—	23\$50	—	22\$00	—	»
Gergelim.....	—	—	—	—	—	—	»
Ricino S. Tomé.....	19\$00	—	19\$00	—	19\$00	—	»
Cera Angola.....	—	—	8\$50	—	8\$30	8\$40	1 quilo
Couros secos Angola.....	—	—	7\$00	—	7\$50	—	»
Café Novo Redondo.....	—	—	—	—	—	79\$00	15 q.
Café S. Tomé, arábica.....	—	—	—	—	—	—	—
Café Ambriz.....	—	—	—	—	—	76\$50	15 q.
Trigo Benguela.....	—	—	—	—	—	—	—

A. Ferreira



EXIJA ao seu fornecedor a marca A. FERREIRA nas tintas de escrever, colas e lacres, ficando certo, assim, de receber produtos de primeira qualidade.

PORTUGAL COLONIAL

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas, por Lisboa em 1931

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1931 Fevereiro	1932 Fevereiro	1931 Fevereiro	1932 Fevereiro
Reexportação :				
Cacau	1.167.147	1.146.415	3.198.660\$00	3.059.358\$00
Café	802.332	224.166	1.972.303\$00	955.100\$00
Cêra	10.411	77.603	91.170\$00	667.303\$00
Outras mercadorias	94.158	345.391	247.340\$00	661.656\$00
Total	<u>2.074.048</u>	<u>1.793.575</u>	<u>6.509.473\$00</u>	<u>5.343.417\$00</u>
Trânsito internacional :				
Cacau	—	—	—	—
Café	880.798	—	2.608.374\$00	—
Cêra	77.344	55.626	677.400\$00	487.860\$00
Óleos de palma e côco	—	101.653	—	177.600\$00
Outras mercadorias	194.829	39.778	524.400\$00	254.000\$00
Total	<u>1.152.971</u>	<u>197.057</u>	<u>3.810.174\$00</u>	<u>919.460\$00</u>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 1932

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz	7.788	—	122.283	13.887	—	12
Açúcar	1.833.547	4	—	4.484.450	—	—
Café	369.755	5.385	17	24	30.051	—
Trigo em grão	589.404	—	—	—	—	—
Peles em bruto	27.627	2.605	74.460	728	208	—
Algodão em caroço, rama ou cardado	43.525	—	—	69.078	—	—
Sementes oleaginosas	601.086	368.039	1.913.863	19.000	379.448	—
Milho	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros)	1.138	144	28	3.066	53	402
» comuns tintos (decalitros)	88.774	3.622	8.803	48.733	6.716	4.904
» » brancos (decalitros)	14.281	293	1.093	39.315	921	993
» licorosos (decalitros)	1.213	159	45	516	11	3.309
Conservas de vegetais	17.787	1.363	4.209	19.821	1.514	4.078
Sardinhas em salmoura	803	—	57	537	107	285
Conservas de sardinha	9.427	1.943	269	29.658	742	1.030
Conservas de peixe	1.150	25	153	4.283	143	—
Cortiça em rolfas	14	17	26	199	—	—

Do Boletim da D. G. E.

Companhia Nacional de Navegação

Carreiras regulares entre Lisboa
e todos os portos da Africa
Occidental e Oriental Portuguesa

**CARREIRAS REGULARES ENTRE
TODOS OS PORTOS
DA PROVINCIA**

SERVIÇO SEMANAL ENTRE LOURENÇO
MARQUES E INHAMBANE ** SERVIÇO
QUINZENAL ENTRE LOURENÇO MARQUES
E MOCIMBOA DA PRAIA, COM ESCALAS
POR INHAMBANE, BEIRA, CHINDE, PEBANE,
QUELIMANE, ANGOCHE, MOÇAMBIQUE,
PORTO AMELIA, IBO E PALMA

AGENCIA EM INHAMBANE—Nogueira, Limitada
Telegramas "JOCARFINO"

Caixa Postal n.º 39

Companhia de Mossâmedes

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 20.000.000\$00

Subscrito — Esc. 13.995.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telefone : 2 4174

SEDE DO COMITÊ FINANCEIRO
na Banque des Interets Français
25, Rue Louis le Grand — PARIS

SEDE EM ÁFRICA

SÁ DA BANDEIRA—(Lubango)

Criação e Comércio de ga-
dos—Explorações agrícolas
—Instalações no *Lubango*,
Tchípa, *Edíva*, *Palanca*, *Culue-
que* e *Tchifito*

Leiam a

Revista

“Portugal Colonial”

A única

revista

colonial

portuguesa



**Os Vernizes
e Secantes
da marca Es-
trela são os**

*** melhores ***

Devem ser preferidos por serem nacionais e rivalisarem
com os melhores estrangeiros em preço e em qualidade

A VENDA EM TODAS AS DROGARIAS

LISBOA—PORTUGAL

Companhia do Sul de Angola

*Sociedade Anónima de Responsabilidade
Limitada, com o Capital*

Autorizado—Esc. 10.000.000\$00

Subscrito — Esc. 6.000.000\$00

SEDE SOCIAL

Lisboa—R. Vitor Cordon, 12-1.º

Telef. 2 4174 — End. Tel. *SULANGOLA*

SEDE EM ÁFRICA

MOSSAMEDES—África Ocidental

EXPLORAÇÕES

PESCA—Baía das Moscas, Mos-
sâmedes—Praia Amélia, Pôrto
Alexandre

*Fabrico de Conservas, Farinhas e Óleos de
Peixe, Pasta Azotada—Fábrica AFRICANA
— Mossâmedes*

AGRICULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Mossâmedes, Giraul, S. Nicolau,
S. João do Sul, Caroca e Pinda



O processo de iluminação para Africa

Se não podeis beneficiar em vossa casa dos processos de iluminação correntes nas cidades da Europa, esquecei tal inconveniente empregando a luz clara e suave de SUNFLOWER.

As vossas lanternas para serviço exterior funcionarão melhor com Petróleo SUNFLOWER, devido à limpidez da sua chama.

Vacuum Oil Company

950

Venancio Guimarães & C.^a

Lubango

Filiais em Mossâmedes, Humpata e Humbe

Escritório em LISBOA — R. de S. Julião, 23, 1.º

ENDERÊÇO TELEGRÁFICO: VOUGA

COMÉRCIO GERAL, AGRICULTURA, PECUÁRIA E INDÚSTRIA

Sócios-gerentes da EMPRESA CAHOLO, L.^{DA}
(Fornos de cal e moagem de cereais)

Agricultores no BENTIABA
(Fazenda Algodoeira da PUPA)

Exportadores de gado bovino e peixe seco

REPRESENTANTES NOS DISTRITOS DA HUILA E DE MOSSÂMEDES DE:

Vacuum Oil Company
Fábrica de Tabacos Ultramarina
Automóveis e camions «FORD»
Máquinas de escrever «REMINGTON»

REPRESENTANTES NO DISTRITO DA HUILA DE:

Burrell & C.^o
Companhia de Seguros «TAGUS»
Lotarias de Angola

FLINTKOTE

Emulsão aquosa de Asfalto puro

PARA TODOS OS TRABALHOS DE IMPERMEABILISAÇÃO

Revestimento de superfícies metálicas
Construções de Pavimentos Elastidos
Protecção de ferro ondulado
Pinturas protectoras navaes
e de canalisações, etc.

Systema DeVilbiss de Pintura por Aspersão

INSTALAÇÕES DE PINTURA Á PISTOLA PARA

Automóveis
Construções
Navios
Peles de couro
Para qualquer fim

Pedir folhetos descriptivos aos

Distribuidores:
BETHENCOURT BROS., LTD
Telefone 7 732 Telegr.: SURVEY
Praça do Município, 13
LISBOA

AGENCIA DO NORTE: SORIA, L.^{DA}
Telefone 2508
Rua Ferreira Borges, 9
PORTO

Companhia Nacional de Navegação

Serviço regular entre a metrópole, África Ocidental e Oriental, Brasil, norte da Europa e Mediterrâneo

FROTA DA COMPANHIA Paquetes

	Ton.
NYASSA	9.000
ANGOLA.....	8.300
QUANZA.....	6.500
LOURENÇO MARQUES.....	6.400
MOÇAMBIQUE.....	6.000
PEDRO GOMES.....	5.500
ÁFRICA... ..	5.500

Vapores de cabotagem

LUABO	1.385
CHINDE.....	1.382
IBO.....	884
AMBRÍS	858
SAVE.....	765

Vapores de carga

CUBANGO	8.300
S. TOMÉ	6.350
CABO VERDE	6.200
CONGO.....	5.000

Rebocadores

EM LISBOA: — BEIRA 1.º e INCOMATI.

EM ÁFRICA: — TEJO, S. TOMÉ, CUIO e gasolina
QUANZA.

Batelões

20 em serviço em Lisboa e África.

LISBOA: Séde, R. do Comércio, 85

PORTO: Sucursal, R. da Nova Alfandega, 22